

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

| | |
|--|---|
| 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos | 1 |
| 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado | 4 |
| 5.3 - Descrição - Controles Internos | 7 |
| 5.4 - Alterações significativas | 8 |

10. Comentários dos diretores

| | |
|--|----|
| 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais | 9 |
| 10.2 - Resultado operacional e financeiro | 31 |
| 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs | 72 |
| 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases | 79 |
| 10.5 - Políticas contábeis críticas | 80 |
| 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 81 |
| 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados | 82 |
| 10.8 - Plano de Negócios | 83 |
| 10.9 - Outros fatores com influência relevante | 84 |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Para os fins da Seção “4. Fatores de Risco” e desta Seção “5. Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros e de nossas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas na Seção “4. Fatores de Risco” e nesta Seção “5. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão da Seção “4. Fatores de Risco” e desta Seção “5. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens da Seção “4. Fatores de Risco” e desta Seção “5. Riscos de Mercado”.

Sendo assim, os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Riscos Macroeconômicos

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas podem causar impacto direto sobre o negócio da Companhia.

O Governo Federal intervém com frequência na economia do país, e ocasionalmente realiza mudanças significativas na política monetária, fiscal e regulatória. Os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia poderão ser afetados adversamente por alterações das políticas governamentais, bem como por:

- flutuações da taxa de câmbio;
- inflação;
- instabilidade de preços;
- alterações das taxas de juros;
- política fiscal;
- demais acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a afetar o Brasil ou os mercados internacionais;
- controle de fluxo de capitais; e
- limites ao comércio internacional.

As medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação acerca de quaisquer atos futuros do governo brasileiro, poderão gerar incertezas na economia brasileira e aumentar a volatilidade do mercado de capitais doméstico, afetando adversamente nosso negócio, resultados operacionais ou situação financeira. Caso as situações política e econômica se deteriore, poderemos enfrentar aumento de custos.

A Presidente do Brasil possui poderes consideráveis para determinar as políticas e ações governamentais relacionadas à economia brasileira e incertezas em relação a eventuais crises políticas podem contribuir para a instabilidade econômica. Isso pode aumentar a volatilidade do mercado dos títulos brasileiro e podem ter efeito adverso na economia brasileira e nos nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira. Não é possível prever se o Governo atual ou quaisquer governos sucessores terão um efeito adverso sobre a economia brasileira e, consequentemente, sobre os nossos negócios.

A inflação e certas medidas governamentais destinadas a controlá-la poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades da Companhia.

No passado, o Brasil experimentou altíssimas taxas de inflação. A inflação e algumas das medidas tomadas pelo Governo Federal na tentativa de combatê-la afetariam de forma negativa e significativa a economia brasileira.

Desde a introdução do real, em 1994, a taxa de inflação no Brasil tem permanecido bem abaixo das verificadas em períodos anteriores. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), as taxas de inflação anuais

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

brasileiras em 2010, 2011 e 2012 foram 5,9%, 6,0% e 5,84%, respectivamente. Não se pode garantir que a inflação permanecerá nestes níveis.

Medidas futuras a serem tomadas pelo Governo Federal, incluindo aumentos da taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações visando a ajustar o valor do real, poderão acarretar aumentos da inflação e, por conseguinte, ter impactos econômicos adversos sobre as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e sua situação financeira. Caso o Brasil experimente inflação alta no futuro, a Companhia talvez não consiga ajustar as tarifas que cobra de seus clientes visando compensar os efeitos da inflação sobre sua estrutura de custo.

Praticamente a totalidade das despesas operacionais de caixa da Companhia é denominada em reais e tendem a aumentar com a taxa de inflação vigente no Brasil. As pressões inflacionárias também poderão restringir sua capacidade de acesso a mercados financeiros estrangeiros ou poderão levar ao aumento da intervenção do governo na economia, inclusive com a introdução de políticas governamentais que poderiam prejudicar as atividades da Companhia, seus resultados operacionais e sua situação financeira ou afetar de maneira adversa o valor de mercado de suas ações.

Risco de taxas de câmbio

A moeda brasileira desvalorizou-se periodicamente nas últimas quatro décadas. Ao longo deste período, o Governo Federal implementou vários planos econômicos e utilizou várias políticas cambiais, incluindo desvalorizações súbitas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a frequência de ajustes variou de diária a mensal, sistemas de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e dois mercados distintos de câmbio. Embora os períodos prolongados de desvalorização da moeda brasileira em geral tenham correspondido à taxa de inflação no Brasil, a desvalorização ao longo de períodos mais curtos resultou em flutuações significativas da taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar dos Estados Unidos e moedas de outros países.

Em 2012, o real se desvalorizou 9,38 % frente ao dólar dos Estados Unidos. Considerando a volatilidade que a economia global está enfrentando, não pode ser dada nenhuma garantia de que o real se valorizará novamente ou se desvalorizará em relação ao dólar dos Estados Unidos.

Diante de tal histórico de flutuações, não é possível prever qual será a variação futura do real em relação às principais moedas no mercado de câmbio internacional. Um quadro de instabilidade cambial com eventual desvalorização do real poderá vir a prejudicar os resultados da Companhia em exercícios futuros, tendo em vista que: (i) refletirá em aumentos de gastos com despesas financeiras e custos operacionais, uma vez que a Companhia possui obrigações de pagamento relativas a financiamentos e importações indexadas à variação de moedas estrangeiras; (ii) as pressões inflacionárias causadas por desvalorizações cambiais, caso resultem em elevação abrupta dos índices inflacionários, podem ocasionar aumentos de custos e despesas operacionais da Companhia reduzindo seu fluxo de caixa operacional, se houver defasagem entre o momento da referida elevação e do reajuste anual da receita operacional da Companhia pelo IGP-M/IPCA aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nos termos dos contratos de concessão; e (iii) a aplicação pelas autoridades monetárias brasileiras de política de aumento de juros, o que também teria efeito negativo sobre os resultados da Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do Dólar em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Se o real se desvalorizar frente ao Dólar, nossas despesas financeiras relacionadas aumentarão e nossos resultados operacionais e condição financeira poderão ser adversamente afetados. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do passivo líquido exposto às taxas de câmbio era de R\$732 milhões (R\$511 milhões em 31 de dezembro de 2011).

Risco de Taxa de juros

Risco de taxa de juros, decorrente das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos (como, por exemplo, aplicações financeiras) e contratos da Companhia; e (ii) passivos da Companhia, em especial dívidas com taxas de juros flutuantes (para maiores informações, veja item 10.1(f) deste Formulário de Referência). A Companhia possui quase a totalidade de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

equivalentes de caixa, e 47% de seu endividamento, indexados à variação da taxa de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros (“CDI”).

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuíam um passivo líquido exposto em função da variação da taxa de juros no valor de R\$ 6.443 milhões (R\$9.156 milhões em 31 de dezembro de 2011).

Risco de Liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica de seu fluxo de caixa, o que é fortemente impactado pela receita, pelos investimentos, pelo serviço da dívida e pela política de dividendos da Companhia. Não se pode garantir que a relativa estabilidade da receita advinda do tipo de contrato (Receita Anual Permitida) e da diversificação dos clientes de transmissão e da cláusula de demanda mínima presente nos contratos de compra e venda de energia elétrica não será afetada por questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem o fluxo de caixa. Ademais, não se pode garantir que os recursos de financiamento serão desembolsados conforme as demandas dos projetos e que haverá recursos suficientes em caixa ou de novos financiamentos para o pagamento dos compromissos financeiros. Tais fatores podem afetar adversamente o resultado operacional da Companhia. A tabela a seguir demonstra o fluxo de caixa da Companhia:

| Valores em R\$ mil | Consolidado | |
|---|--------------------|------------------------|
| | 2012 | 2011 Reclassificado |
| CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO | 2.862.490 | 2.979.693 |
| CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | 3.114.458 | 3.898.189 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira | (1.360.567) | (37.129) |
| Em Ativos Financeiros | (160.256) | (1.025.894) |
| Resgate do CRC | 1.497.570 | - |
| Aporte em FIDC | - | - |
| Caixa Líquido recebido na diluição de controlada em conjunto | 667.891 | - |
| Aquisição de Controlada em conjunto, líquida do caixa adquirido | (361.147) | - |
| Em Investimentos | (115.633) | (177.484) |
| Em Imobilizado | (598.123) | (924.223) |
| Em Intangível | (1.670.219) | (1.851.993) |
| CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO (GERADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (2.100.484) | (4.016.723) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | 7.195.242 | 4.255.451 |
| Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | (6.838.312) | (2.218.500) |
| Aporte em FIDC | - | - |
| Juros sobre capital próprio e Dividendos | (1.747.584) | (2.035.620) |
| CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO (GERADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | (1.390.654) | 1.331 |
| CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO | 2.485.810 | 2.862.490 |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a. Riscos para os quais se busca proteção**

O alvo de proteção é o passivo em moeda estrangeira e em taxas de juros flutuantes, representado por:

- serviço de dívida em moeda estrangeira;
- serviço de dívida com taxa de juros vinculada à LIBOR;
- pagamentos a fornecedores de equipamentos com preços indexados em moeda estrangeira.

b. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A premissa mais importante é a de que a política de *hedge* deve estar alinhada com a estratégia empresarial. A importância disso reside no fato de que a sua utilização dissociada da estratégia pode ser prejudicial à Companhia, pois o uso de instrumentos de hedge sem critério pode levar à redução do valor da Companhia.

Outra premissa relevante é a existência de cenários macroeconômicos consistentes e validados pela alta direção da Companhia. A tomada de decisão reflete não só a estratégia definida, mas também a expectativa que se tem do comportamento dos preços, que é gerada na construção dos cenários.

Outras premissas importantes estão definidas a seguir:

- O uso do *hedge* deve ter o objetivo primordial de dar previsibilidade ao fluxo de caixa e ao orçamento.
- As diretrizes e procedimentos devem estar definidos em linguagem clara.
- As atividades de *hedge* devem ser monitoradas com a implantação de um sistema dinâmico.

A Companhia não considera que a utilização de instrumentos de hedge com relação a dívidas de longo prazo seja uma política adequada. Dívidas com prazo de maturação elevado trazem uma incerteza muito grande para a contraparte, a liquidez de mercado é reduzida e o encarecimento da operação de *hedge* é inevitável.

Os compromissos com o pagamento da energia adquirida de Itaipu, cujo preço é indexado em dólar, não requerem proteção, tendo em vista que já está assegurado na política tarifária um mecanismo de compensação, representado por um ativo regulatório, que aumenta e diminui em função da variação da taxa de câmbio e que é reajustado pela SELIC. Embora não seja um *hedge* perfeito, na medida em que ao longo do ano os pagamentos estão sujeitos à movimentação da taxa de câmbio, o mecanismo regulatório cumpre seu papel de compensação das perdas eventualmente sofridas.

A utilização de instrumentos de *hedge* para se gerenciar a exposição cambial, quando a moeda estrangeira que indexa os compromissos é outra diferente do dólar, é feita utilizando-se a referida moeda estrangeira, e não o dólar, para que o *hedge* seja eficiente.

A Política de *Hedge* da Companhia para câmbio e taxa de juros compreende a contratação de operações em prazos definidos pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros, considerando aspectos de liquidez do mercado, preço relativo dos ativos e concentração do serviço da dívida.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A estratégia consiste na realização de operações de proteção para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico adotado pela Companhia e utilizado pelo orçamento. Este cenário contém projeções mensais de taxas de câmbio, juros e inflação.

c. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A escolha do instrumento de *hedge* adequado se dá em função do menor custo e da oportunidade, dentre as alternativas oferecidas pelo mercado financeiro, conhecidas em processo de cotação a um número mínimo de três instituições financeiras. Em caso de escassez de crédito junto a instituições financeiras, a alternativa de *hedge* diretamente na BM&F é considerada.

São consideradas, também, na escolha as implicações tributárias das operações propostas, valendo-se de um planejamento tributário capaz de apontar a alternativa mais econômica e a oportunidade de eventuais créditos fiscais. Exemplo disso é a contratação de operações a termo de moeda, ou NDF, em que o ajuste positivo pode ser deduzido de créditos fiscais. Outro exemplo é a incidência de PIS/COFINS sobre as receitas obtidas com o *hedge* e que não é compensado com eventuais perdas.

São considerados como referência instrumentos como contratos futuros, operações a termo, opções, *swaps*, operações de *hedge* com caixa, *hedge* natural, a menos que um derivativo sugerido por alguma instituição financeira apresente vantagem competitiva e seja validado pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros.

Ressalta-se que a Companhia possui 69 clientes exportadores, que têm parte de suas receitas denominadas em dólar e gostariam de estar adquirindo o insumo básico que é a energia na mesma moeda de sua receita. Dessa forma, a despeito de eventuais restrições legais para se estabelecer contratos indexados em moeda estrangeira, atenção especial deve ser dada a essa alternativa de *hedge* natural, uma vez que ela não só atende à expectativa de proteção cambial da Companhia, como também é de interesse do cliente. Essa prática pode se traduzir, inclusive, em vantagem competitiva para a Companhia no seu esforço de ampliação do mercado além das fronteiras de Minas Gerais.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os limites de exposição da empresa à volatilidade dos ativos depende do grau de disposição da administração em correr riscos. A Companhia adota uma posição muito conservadora, evitando exposições em seu balanço, principalmente no que se refere a variação cambial.

A autonomia da Gerência de Tesouraria para a contratação de operações de *hedge* está limitada ao volume de exposição em dólar pelo período de 12 meses. A Tesouraria não assume posições em derivativos.

A Política de Aplicações Financeiras é bastante restritiva, tanto na exposição a risco de mercado quanto na exposição em risco de crédito. Todo o disponível está aplicado a taxas vinculadas ao CDI, sendo que 95% em taxas pós-fixadas e 5% em taxas pré-fixadas. Todas as operações têm prazos inferiores a um ano.

e. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não adotamos instrumentos financeiros com objetos diversos de proteção patrimonial.

f. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia tem estruturado, desde 2003, sua gestão corporativa de riscos. Os esforços iniciaram-se através da criação do Núcleo de Gerenciamento de Riscos Corporativos e posteriormente, em 2007, a Gerência de Gestão de Riscos Corporativos, que tem como objetivos: propor políticas de risco, sugerindo priorização para análise dos riscos críticos; avaliar e monitorar o apetite de risco da Companhia, os níveis de exposição de risco, a matriz de risco e os mecanismos de mitigação; buscar o alinhamento com o Planejamento Estratégico da Empresa, promovendo a melhoria contínua da cultura de riscos e controles estratégicos da Companhia.

Com o objetivo principal de coordenar o funcionamento do Processo de Gerenciamento de Riscos da Empresa, o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos foi criado para: (i) identificar e acompanhar os fatores básicos de riscos (*risk drivers*), estabelecendo mecanismos apropriados para este acompanhamento; (ii) promover discussões através de decisões calculadas (custo x benefício) entre tratar ou assumir um risco; (iii) promover discussões através de decisões acordadas sobre os planos de ação mitigadores a serem executados; (iv) revisar e aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos da Empresa.

Com o objetivo principal de acompanhar e orientar a política de gerenciamento de riscos financeiros da Empresa, a Companhia possui um Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, o qual foi criado: (i) para monitorar os riscos financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar negativamente a liquidez e lucratividade da Companhia; e (ii) para implementar diretrizes para operação pró-ativa relativa ao ambiente de riscos financeiros ao implementar planos de ação. O Comitê reúne-se mensalmente ou em qualquer momento em que seja convocado.

A Gerência de Tesouraria, bem como o Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros e a área de planejamento (sistemática de orçamentação), contam com uma assessoria externa para a elaboração de cenários macroeconômicos de referência capazes de subsidiar as tomadas de decisão.

Mensalmente, a Gerência de Tesouraria apresenta ao Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros um relatório das operações efetuadas, explicando as justificativas para as contratações. É levado também o resultado das liquidações ocorridas de operações passadas, de forma a se avaliar o que foi bem sucedido e os resultados que apontaram para a necessidade de melhoria no processo.

g. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

À Auditoria é reservado o papel de verificação do cumprimento das diretrizes emanadas do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros e constantes da Política de *Hedge* da Companhia para Câmbio e Taxa de Juros.

Atenção especial deverá ser dada para a observância dos limites e das alçadas para contratação, bem como para o alinhamento das operações contratadas com os cenários validados pela Diretoria e com a estratégia definida.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A grande concentração da dívida no CDI 58% do total em 2011, 58% em 2010 e 72% em 2009) decorreu do movimento de refinanciamento da dívida a partir de 2002, em que foi bastante utilizado o crédito bancário, e das emissões de títulos e valores mobiliários (debêntures) que se seguiram, em que uma demanda expressiva tem sido alocada em papéis referenciados à taxa de juros local. Registra-se a redução da concentração da dívida em CDI de 2010 para 2011, fruto da emissão de debêntures pela Cemig Geração e Transmissão S.A., com uma série de valor expressivo indexada ao IPCA.

A administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo Estatuto, na redução do custo financeiro e na preservação da capacidade de pagamento da Companhia, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não há outras informações para esse item que a Companhia julgue relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

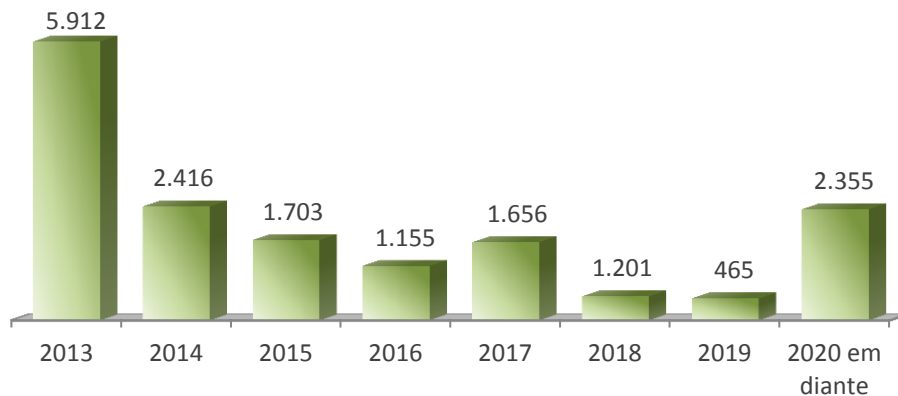
Os diretores da Companhia entendem que o ano de 2012 foi de grandes mudanças, complexidade e desafios. Entendem que a busca de eficiência operacional e a disciplina de investir em ativos que agreguem valor certamente contribuíram de forma significativa para o crescimento em virtude da expansão das diversas empresas nas quais a Cemig participação significativa no capital e na gestão.

Nesse contexto, o resultado que obtivemos em 2012 é de grande repercussão devido à sua dimensão, pois o lucro líquido alcançou a R\$ 4,3 bilhões, ou seja R\$5,37 por ação o que se traduz em um preço da ação por lucro de 4 vezes. Comparativamente ao ano anterior, o aumento do lucro foi de quase 80%.

O maior impacto adveio da liquidação antecipada do contrato de cessão de créditos da conta de resultados a compensar. O Estado de Minas Gerais, acionista majoritário, decidiu antecipar o pagamento deste contrato, o que gerou um ganho financeiro superior a R\$2 bilhões.

Destaca-se ainda, conforme mencionado pelos Diretores, a oferta de ações da TAESA que obteve uma enorme receptividade por parte dos investidores e que resultou em um ganho significativo para a TAESA e se refletiu de maneira positiva em nossos resultados com um ganho de R\$259 milhões para a Cemig GT. Esta bem sucedida oferta, executada em condições de mercado consideradas desfavoráveis, é uma clara demonstração de confiança dos investidores nas estratégias da Companhia. A TAESA se constitui no veículo preferencial da Cemig para conduzir os investimentos na área de transmissão de energia elétrica.

O mercado brasileiro de capitais mais uma vez mostrou sua capacidade ao financiar volumes significativos de recursos, totalizando mais de R\$7 bilhões captados nas diversas empresas do Grupo.



10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 em diante | Total |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|---------|---------|-------------------|------------|
| Moedas | | | | | | | | | |
| Dólar Norte-Americano | 63.747 | 46.282 | 35.242 | 105.418 | 67.555 | 31.314 | 28.807 | 111.421 | 489.786 |
| Euro | 2.017 | 32.634 | 1.778 | 1.777 | - | - | - | - | 38.206 |
| Soma | 65.764 | 78.916 | 37.020 | 107.195 | 67.555 | 31.314 | 28.807 | 111.421 | 527.992 |
| Indexadores | | | | | | | | | |
| Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA | | | | | | | | | |
| Unidade Fiscal de Referência - UFIR/RGR | 733.081 | 488.471 | 678.733 | 177.034 | 176.168 | 220.498 | 220.510 | 1.202.140 | 3.896.635 |
| SELIC | 69.614 | 75.386 | 61.592 | 50.099 | 40.490 | 35.610 | 23.715 | 35.336 | 391.842 |
| Certificado Depósito Interbancário – CDI | 1.279 | 1.157 | 189 | - | - | - | - | - | 2.625 |
| Índice Interno da Eletrobrás – FINEL | 3.966.447 | 1.137.130 | 621.673 | 549.165 | 1.146.872 | 17.072 | 26.932 | 101.916 | 7.567.207 |
| URTJ/TJLP (*) | 12.998 | - | - | - | - | - | - | - | 12.998 |
| Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M | 177.287 | 189.135 | 175.006 | 206.911 | 200.220 | 187.050 | 151.591 | 800.368 | 2.087.568 |
| UMBNDDES (**) | 23.343 | 380.678 | 1.669 | 1.409 | 862 | 832 | 832 | 57.074 | 466.699 |
| Outros (IGP-DI, INPC) (***) | 31.835 | 31.822 | 32.014 | 30.921 | 16.629 | 9.423 | 7.101 | 3.176 | 162.921 |
| TR | 2.293 | - | 578 | 732 | 731 | 521 | - | - | 4.855 |
| Sem Indexador | 1.534 | 382 | 96 | - | - | - | - | - | 2.012 |
| | 826.867 | 32.649 | 94.748 | 31.253 | 6.076 | 5.961 | 5.843 | 43.559 | 1.046.956 |
| | 5.846.578 | 2.336.810 | 1.666.298 | 1.047.524 | 1.588.048 | 476.967 | 436.524 | 2.243.569 | 15.642.318 |
| | 5.912.342 | 2.415.726 | 1.703.318 | 1.154.719 | 1.655.603 | 508.281 | 465.331 | 2.354.990 | 16.170.310 |

(*) URTJ - Unidade de Referência de Taxa de Juros reajustado pela TJLP

(**) UMBNDDES - Unidade Monetária do BNDES

(***) IGP-DI - Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O custo médio da dívida da Companhia tem se mantido em níveis adequados ao longo dos anos (5,03% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2012, 7,21% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2011, e 6,76% ao ano, em 31 de dezembro de 2010), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”). Em 31 de dezembro de 2012, os principais indexadores das dívidas da Companhia são: CDI (47% do total), IPCA (24% do total) e URTJ (13% do total). A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia, destacada pela posição bastante confortável em relação aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos:

| | | 31 de dezembro de | |
|--|------|-------------------|------|
| | 2012 | 2011 | 2010 |
| EBITDA / Juros | 3,84 | 4,08 | 4,22 |
| Dívida Líquida / EBITDA | 2,73 | 2,41 | 2,26 |
| Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) | 54% | 52% | 47% |

Fonte: Companhia

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: : (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2012, por um endividamento de R\$16,2 bilhões, sendo 44% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 56% representado por dívidas de longo prazo. Essa concentração no curto prazo decorreu do reconhecimento de 7% da dívida (26% da dívida da Cemig Distribuição S.A. no passivo circulante), por não se ter obtido, antes do encerramento das Demonstrações Contábeis, o consentimento formal (“waiver”) de que os credores não irão exercer os direitos de exigirem o pagamento, imediato ou antecipado, da dívida em função da quebra de covenant ocorrida. A Companhia tem a expectativa de obtenção dos consentimentos, mas como esse fato ocorrerá em data posterior a 31 de dezembro de 2012, os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidos no Passivo Circulante. O montante transferido para o Passivo Circulante em decorrência das cláusulas restritivas não atendidas foi de R\$1.206 milhões. Em 31 de dezembro de 2011, a estrutura de capital da Companhia contemplava um endividamento de R\$15,8 bilhões, sendo 50% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 50% representado por dívidas de longo prazo. Essa concentração no curto prazo decorreu do reconhecimento de 12% da dívida (23% da dívida da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig Geração e Transmissão”)) no passivo circulante, por não se ter obtido, antes do encerramento das Demonstrações Contábeis, o consentimento formal (“waiver”) de que os credores não irão exercer os direitos de exigirem o pagamento, imediato ou antecipado, da dívida em função da quebra de covenant ocorrida (o waiver foi obtido em 14 de março de 2012). Já em 31 de dezembro de 2010, a estrutura de capital da Companhia contemplava um endividamento de aproximadamente R\$13,2 bilhões, sendo 17% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 83% representado por dívidas de longo prazo.

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (Patrimônio Líquido mais dívida líquida). O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2012 era de R\$12.044 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$13.896 milhões. Já em 31 de dezembro de 2011, era de R\$11.745 milhões e de R\$12.917 milhões, respectivamente, e em 31 de dezembro de 2010 era de R\$11.476 milhões e de R\$10.247 milhões, respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

líquida/(patrimônio líquido) tem se situado em níveis adequados, sendo 54% em 31 de dezembro de 2012, 52% em 31 de dezembro de 2011 e 47% em 31 de dezembro de 2010.

Por fim, a Companhia informa que não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

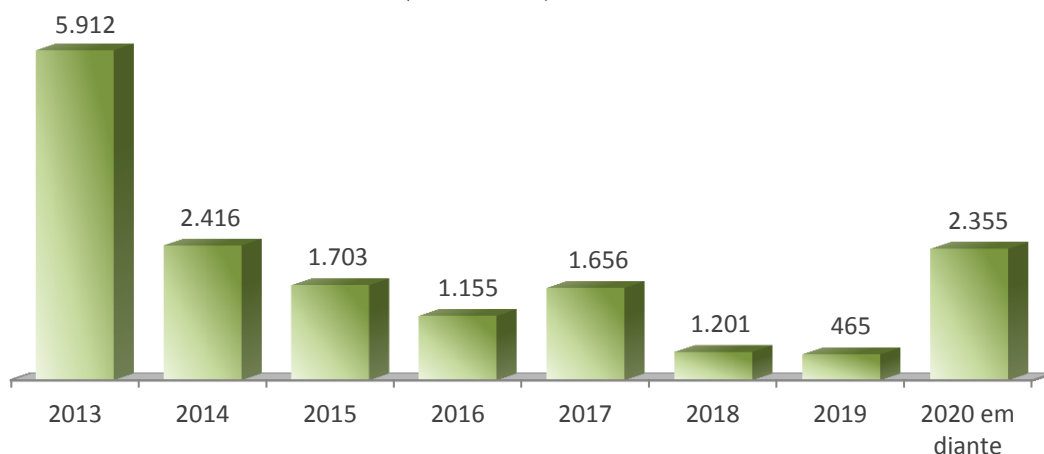
Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia. Até 31 de dezembro de 2012, foram gerados pelas atividades operacionais o expressivo montante de R\$2.734 milhões de disponibilidades. No mesmo período em 2011, foram gerados R\$3.898 milhões de disponibilidades, enquanto que em 2010 foram gerados R\$3.376 milhões.

O caixa da Companhia era de R\$2.486 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$2.862 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$2.980 milhões em 31 de dezembro de 2010.

Por outro lado, a dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2012 era de R\$13.896 milhões, em 31 de dezembro de 2011 de R\$12.917 milhões e em 31 de dezembro de 2010 de R\$10.247 milhões. Os indicadores de 2012 e 2011 indicam que cerca de 2 anos e meio de geração de caixa operacional (EBITDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor e o indicador de 2010 expressa que cerca de dois anos de geração de caixa operacional (EBITDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor. Tais índices trazem conforto para a Administração e para os investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2012, tem seu cronograma de amortizações satisfatoriamente escalonado ao longo dos anos, com prazo médio de 3,9 anos, embora haja uma concentração de dívida vencendo em 2013, conforme gráfico abaixo, que foi parcialmente refinanciada, em março de 2013, através da emissão de debêntures da Cemig Distribuição. Nos demais anos, os pagamentos são de até R\$2.400 milhões, aproximadamente, refletindo o esforço empreendido pela Companhia no alongamento do perfil da sua dívida.

Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2012 (R\$ milhões)



Há que se destacar que a Companhia tem sido bem sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinanciar sua dívida. Exemplo disso foram as seguintes emissões de títulos:

Pela Cemig Distribuição:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

1ª emissão de Debêntures simples, em 01/06/2006, no valor de R\$250,5 milhões destinados à permuta da 1ª emissão de debêntures da CEMIG;

1ª emissão Notas Promissórias, em 27/07/2006, no valor de R\$300 milhões destinados à recomposição de caixa referente às dívidas vencidas desde janeiro/2006 e o pagamento de dívidas vincendas no restante do ano;

2ª emissão Notas Promissórias, em 02/01/2007, no valor de R\$200 milhões destinados a recomposição do caixa da Companhia utilizado nos pagamentos de dívidas ocorridos a partir de agosto/2006 até o recebimento dos recursos e ao pagamento das dívidas vincendas até o final do ano;

3ª emissão Notas Promissórias, em 12/06/2007, no valor de R\$400 milhões destinados para (i) recomposição do caixa utilizado nos pagamentos de principal de dívidas da Companhia, pagamentos estes ocorridos entre janeiro de 2007 e a data da liberação dos recursos, estimados em R\$297 milhões, dos quais se destaca o pagamento do principal da 2ª Emissão de Notas Promissórias, no valor de R\$200 milhões; e (ii) pagamento de principal das dívidas vincendas até o final do ano, limitado a R\$103 milhões;

2ª emissão de Debêntures simples, em 12/12/2007, no valor de R\$400 milhões destinados ao pagamento parcial do saldo devedor remanescente das notas promissórias emitidas no âmbito da 3ª emissão pública de notas promissórias da Companhia;

4ª emissão Notas Promissórias, em 28/12/2011, no valor de R\$100 milhões destinados à reforço de capital de giro;

5ª emissão de Notas Promissórias, em 02/07/2012, no valor de R\$640 milhões, destinados ao financiamento de investimentos, já realizados ou a serem realizados pela Companhia, pagamento de dívida(s) contraída(s) pela Companhia e/ou reforço do capital de giro da Companhia; e

6ª emissão de Notas Promissórias, em 21/12/2012, no valor de R\$600 milhões, destinados à reposição do caixa em função de investimentos e pagamentos de dívidas realizados pela Companhia ao longo do ano de 2012;

3ª emissão de debêntures simples, em 15/02/2013, no valor de R\$2.160 milhões, destinados ao resgate das 64 Notas Promissórias da 5ª Emissão e das 60 Notas Promissórias da 6ª Emissão, bem como para o investimento em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura de distribuição de energia elétrica da Companhia.

Pela Cemig Geração e Transmissão:

1ª emissão Notas Promissórias, em 26/07/2006, no valor de R\$900 milhões destinados à recomposição de caixa referente às dívidas vencidas desde janeiro/2006 e o pagamento de dívidas vincendas no restante do ano, sendo tais dívidas referentes a dívidas com bancos, com a Eletrobras e com a Fundação Forluminas, bem como ao resgate parcial da 2ª série da 1ª emissão de debêntures da CEMIG;

1ª emissão de Debêntures simples, em 01/11/2006, no valor de R\$294,7 milhões destinados à permuta da 1ª emissão de debêntures da CEMIG;

2ª emissão Notas Promissórias, em 21/12/2007, no valor de R\$200 milhões destinados a recomposição de caixa utilizado nos pagamentos de principal da dívida da Companhia ocorridos desde janeiro de 2007 e das dívidas vincendas até o final do ano, sendo tais dívidas referentes a dívidas com bancos e com a Eletrobras;

3ª emissão Notas Promissórias, em 30/10/2009, no valor de R\$2.700 milhões destinados para aportes de capital, recomposição de caixa e investimentos;

2ª emissão de Debêntures simples, em 15/01/2010, no valor de R\$2.700 milhões destinados à rolagem da 3ª emissão de Notas Promissórias;

4ª emissão Notas Promissórias, em 13/01/2012, no valor de R\$1.000 milhões destinados à rolagem da 1ª série da 2ª emissão de debêntures simples da Companhia;

3ª emissão de Debêntures simples, em 15/02/2012, no valor de R\$1.350 milhões, destinados ao pré-pagamento da 4ª emissão de Notas Promissórias e ao reforço de capital de giro.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O passivo circulante da Companhia era de R\$14.307 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$12.169 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$6.403 milhões em 31 de dezembro de 2010. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos, fornecedores, impostos, dividendos e encargos regulatórios.

d. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes Utilizadas

Em 2012 foram captados cerca de R\$ 7.075 milhões em empréstimos e financiamentos e amortizados cerca de R\$ 6.827 milhões, numa visão de empresa consolidada.

Ao final do ano, a Cemig contratou um empréstimo de curto prazo no valor de R\$1.088 milhões para o resgate da 4ª emissão de notas promissórias.

Em 2012, foram captados R\$1.470 milhões na Cemig Distribuição, sendo R\$200 milhões através da emissão de uma Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco do Brasil para o refinanciamento de dívidas existentes, R\$1.240 milhões através de duas emissões de notas promissórias comerciais para financiamento de investimentos, pagamentos de dívidas e/ou reforço de capital de giro e R\$34 milhões em financiamentos da Eletrobrás para os Programas Reluz, Cresce Minas e Luz para Todos. Além disso, a empresa contou com R\$175 milhões em recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE e do Estado de Minas Gerais) e de subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda com os recursos da CODEMIG para o Centro Administrativo.

A Cemig Geração e Transmissão prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito contratadas com o Banco do Brasil, conforme segue: a) operações contratadas em 2006 e com vencimento final após 2012, postergando a parcela de 2012 para 2013, no valor global de R\$ 300 milhões, mantendo-se os demais vencimentos, com encargos financeiros de 104,1% do CDI; b) operações com vencimento final em 2012, no valor total de R\$ 442 milhões, postergando o vencimento da última parcela em 5 anos, com pagamentos em 2015, 2016 e 2017, cujos encargos financeiros foram 108% do CDI, calculados a partir da celebração dos aditivos aos contratos. Em ambas as operações, a Cemig Holding manteve a coobrigação e a Cemig GT manteve a faculdade de, a seu critério, pré-pagar a dívida sem incidência de custos adicionais.

Em março de 2012, a Cemig Geração e Transmissão concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, por meio da qual foram emitidas 1.350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2012, totalizando R\$1.350.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 4ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal total de R\$1.000.000, acrescido de juros remuneratórios, e ao reforço do capital de giro da Companhia. Foram emitidas 480.000 (quatrocentas e oitenta mil) debêntures da primeira série, 200.000 (duzentas mil) debêntures da segunda série e 670.000 (seiscentas e setenta mil) debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 7 anos e 10 anos a contar da data de emissão, respectivamente. As debêntures da primeira série farão jus a juros remuneratórios de CDI + 0,90%, e as debêntures da segunda e da terceira séries terão seu valor nominal unitário atualizado pelo IPCA-IBGE e farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 6,00% ao ano e 6,20% ao ano, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da sua controladora, a Cemig, e foi a primeira emissão de debêntures a ser realizada no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa regulado pela ANBIMA, a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2011, como forma de recompor o caixa em função de investimentos realizados ao longo de 2011 e buscando assegurar recursos de financiamento para viabilizar uma aquisição de ativos prevista para o primeiro semestre de 2012, a Cemig emitiu Notas Promissórias no valor de R\$1 bilhão com prazo de 360 dias, confirmando a receptividade de que a empresa desfruta no mercado de capitais local.

A Cemig D também recorreu ao mercado de capitais ao final de 2011, emitindo R\$100 milhões em Notas Promissórias para reforço de capital de giro. Ao longo do ano, foram captados outros R\$410 milhões em empréstimos e mais R\$116 milhões em financiamentos da Eletrobras para o Programa Reluz, Programa Cresce Minas e Programa Luz para Todos. Além disso, a empresa contou com R\$291 milhões em recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE e do Estado de Minas Gerais) e de subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda com os recursos da CODEMIG para o Centro Administrativo.

A Cemig Geração e Transmissão, por outro lado, valeu-se de sua confortável posição de caixa para pagar o seu serviço de dívida, num montante de R\$1.219 milhões (sendo R\$689 milhões de principal), sem, praticamente, recorrer a novas captações, como forma de otimizar sua alavancagem. Porém, numa visão consolidada, o endividamento da empresa foi afetado pelos financiamentos contratados pelas suas subsidiárias para custear os investimentos em geração, principalmente na UHE Santo Antônio e UHE Belo Monte, e em transmissão, destacando-se a emissão de Notas Promissórias da TAESA, no valor de R\$1,17 bilhão (afetando o endividamento da Cemig Geração e Transmissão em R\$663 milhões), para a aquisição dos ativos da Abengoa.

Em 2010, foram captados R\$904 milhões na Cemig Distribuição, sendo R\$370 milhões através de operações de empréstimo garantido por duplicatas de venda de energia, R\$279 milhões através de rolagem de dívidas bancárias, R\$66 milhões através de financiamentos da Eletrobras para o Programa Reluz, Programa Cresce Minas e Programa Luz para Todos e R\$189 milhões por meio de recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE), dos convênios para o Polo de Citricultura e o Planoroeste e da subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda.

Foram captados pela Cemig Geração e Transmissão individualmente, não considerando a consolidação de dados, R\$2.949 milhões, sendo R\$2.700 milhões através de uma emissão de debêntures para a quitação das notas promissórias de mesmo valor utilizadas na aquisição das ações da Terna Participações S.A. e outros investimentos, R\$242 milhões através de rolagem de dívidas bancárias e R\$7 milhões através de contratos celebrados com a FINEP para a realização de estudos de inventário de usinas. Para uma visão consolidada da Cemig Geração e Transmissão, vale registrar a contratação de cerca de R\$1.061 milhões em financiamentos por parte de suas controladas e coligadas (valor proporcional à participação acionária da Cemig Geração e Transmissão).

Além disso, a CEMIG, empresa holding, captou junto ao mercado de capitais um montante de R\$350 milhões através de sua 3ª emissão de notas promissórias, com prazo de 360 dias, utilizando os recursos para a recomposição de seu caixa ao final do ano.

e. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes que Pretende Utilizar para Cobertura de deficiências de Liquidez

Deve-se atentar para o fato de ser a Companhia uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, commercial papers, eurobonds, quotas de fundos de recebíveis);
Financiamento para importação;
Financiamento de agências multilaterais;
Financiamentos de órgãos de fomento; e
Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$16,2 bilhões, sendo R\$13,9 bilhões a dívida líquida. Já em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$15,8 bilhões, sendo R\$12,9 bilhões a dívida líquida, e em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$ 13,2 bilhões, sendo R\$10,2 bilhões a dívida líquida.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia, sendo que a elevação do endividamento de 2009 para 2010 deveu-se ao financiamento do processo de aquisição de ativos:

| | 2012 | 31 de dezembro de | |
|--|------|-------------------|------|
| | | 2011 | 2010 |
| Endividamento do Patrimônio Líquido | 2,39 | 2,18 | 1,92 |
| Dívida Líquida / EBITDA | 2,73 | 2,41 | 2,26 |
| Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) | 54% | 52% | 47% |

Fonte: Companhia

i. Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos consolidados pela Companhia, em 31 de dezembro de 2012 (valores expressos em R\$ mil):

| Financiadores | Vencimento Principal | Encargos Financeiros Anuais | Moedas | Consolidado 2012 | | | 2011 Total | 01/01/2011 Total |
|--|----------------------|-----------------------------|--------|------------------|----------------|---------|------------|------------------|
| | | | | Circulante | Não Circulante | Total | | |
| MOEDA ESTRANGEIRA | | | | | | | | |
| ABN AMRO Real S.A. (3) | 2013 | 6% | US\$ | 25.603 | - | 25.603 | 46.989 | 62.597 |
| Banco do Brasil S.A. – Bônus | | | | | | | 34.826 | 51.035 |
| Diversos (1) | 2024 | Diversas | US\$ | 5.503 | 21.327 | 26.830 | | |
| BNP Paribas | 2012 | 5,89% | EURO | - | - | - | 1.387 | 3.809 |
| KFW | 2016 | 4,50% | EURO | 1.778 | 5.333 | 7.111 | 8.028 | 8.817 |
| Tesouro Nacional (5) | 2024 | Diversas | US\$ | 2.734 | 10.472 | 13.206 | 16.893 | 19.414 |
| Banco Inter Americano del Desarrollo (7) | | | | | | | 35.529 | 33.873 |
| | 2026 | 2,12% | US\$ | 1.803 | 34.390 | 36.193 | | |
| BNP 36 MM – Euros | 2014 | 3,98% | EURO | 239 | 30.856 | 31.095 | 27.882 | - |
| Merril Lynch – US\$ 50 MM | 2016 | 2,59% | US\$ | 107 | 33.180 | 33.287 | 30.570 | - |
| Citi Bank – US\$ 100 MM | 2018 | 2,46% | US\$ | 405 | 119.451 | 119.856 | - | - |
| BID (16) | 2022 | Libor + Spread | US\$ | 6.796 | 76.729 | 83.525 | 52.902 | - |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | | | | | | |
|-----------------------------|------|----------------|----------|-----------|---------|-----------|-----------|-----------|
| | | 1,7 a 2,2%aa | | | | | 92.561 | - |
| BID (16) | 2023 | Libor + Spread | | | | | | |
| Outros | 2019 | 1,5 a 1,88%aa | US\$ | 13.104 | 129.638 | 142.742 | | |
| Dívida em Moeda Estrangeira | | Diversas | Diversas | 7.692 | 852 | 8.544 | 11.340 | 11.722 |
| MOEDA NACIONAL | | | | 65.764 | 462.228 | 527.992 | 358.907 | 191.267 |
| Banco do Brasil S.A. | 2017 | 108,33% CDI | R\$ | 206.186 | - | 206.186 | - | |
| Banco do Brasil S.A. | 2017 | 108% CDI | R\$ | 4.902 | 442.348 | 447.250 | 591.951 | 887.523 |
| Banco do Brasil S.A. | 2013 | CDI + 1,70% | R\$ | 28.061 | - | 28.061 | 56.844 | 85.063 |
| Banco do Brasil S.A. | 2013 | 107,60% CDI | R\$ | 132.842 | - | 132.842 | 136.566 | 135.276 |
| Banco do Brasil S.A. | 2014 | 104,10% CDI | R\$ | 813.973 | 300.000 | 1.113.973 | 1.224.881 | 1.223.789 |
| Banco do Brasil S.A. | 2013 | 10,83% | R\$ | 793.153 | - | 793.153 | 706.796 | 630.494 |
| Banco do Brasil S.A. | 2014 | 98,5% CDI | R\$ | 102.389 | 373.501 | 475.890 | 436.637 | - |
| Banco do Brasil S.A. | 2012 | 106,00 CDI | R\$ | - | - | - | 99.779 | - |
| Banco do Brasil S.A. | 2013 | 104,08 % CDI | R\$ | 664.075 | - | 664.075 | - | - |
| Banco do Brasil S.A. | 2013 | 105,00 % CDI | R\$ | 1.083.159 | - | 1.083.159 | - | - |
| Banco Itaú – BBA S.A. | 2013 | CDI + 1,70 | R\$ | 78.949 | - | 78.949 | 158.837 | 235.052 |
| Banco Itaú – BBA S.A. | 2014 | CDI + 1,70 | R\$ | 1.914 | - | 1.914 | 2.955 | 3.875 |
| Banco Votorantim S.A. | 2013 | CDI + 1,70 | R\$ | 26.253 | - | 26.253 | 53.415 | 77.020 |
| BNDES | 2026 | TJLP+2,34 | R\$ | 7.935 | 96.020 | 103.955 | 111.678 | 119.336 |
| Bradesco S.A. | 2014 | CDI + 1,70 | R\$ | 548 | 455 | 1.003 | 1.550 | 1.366 |
| Bradesco S.A. | 2013 | CDI + 1,70 | R\$ | 97.570 | - | 97.570 | 198.181 | 296.286 |
| Bradesco S.A. | 2011 | 105.50% CDI | R\$ | - | - | - | - | 350.890 |
| Bradesco S.A. | 2012 | 106,00% CDI | R\$ | - | - | - | 990.142 | - |
| Bradesco S.A. | 2013 | 103,00% CDI | R\$ | 600.813 | - | 600.813 | - | - |
| | | FINEL + 7,50 a | | | | | 25.603 | 36.724 |
| ELETROBRÁS | 2013 | 8,50 | R\$ | 12.998 | - | 12.998 | | |
| | | UFIR, RGR + | | | | | 428.238 | 373.365 |
| ELETROBRÁS | 2023 | 6,00 a 8,00 | R\$ | 69.345 | 320.770 | 390.115 | | |
| Santander do Brasil S.A. | 2013 | CDI + 1,70% | R\$ | 20.128 | - | 20.128 | 40.451 | 60.641 |
| UNIBANCO S.A | 2013 | CDI + 1,70% | R\$ | 79.697 | - | 79.697 | 161.272 | 240.879 |
| UNIBANCO S.A (2) | 2013 | CDI + 1,70% | R\$ | 19.562 | - | 19.562 | 40.085 | 59.503 |
| Itaú e Bradesco (4) | 2015 | CDI + 1,70% | R\$ | - | - | - | 819.996 | 890.517 |
| Banco do Brasil S.A. (8) | 2020 | TJLP + 2,55% | R\$ | 2.733 | 17.303 | 20.036 | 22.768 | 25.500 |
| UNIBANCO S.A (8) | 2020 | TJLP + 2,55% | R\$ | 705 | 4.368 | 5.073 | 5.768 | 6.460 |
| CCB Bradesco S.A (5) | 2017 | CDI + 0,85% | R\$ | 26.198 | 97.420 | 123.618 | 149.820 | 120.242 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | | | | | | |
|--------------------------------------|------|--------------|-----|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| ABN AMRO Real S.A. (5) | 2014 | CDI + 0,95% | R\$ | 692 | 25.980 | 26.672 | 27.005 | 21.541 |
| BNDES (5) | 2019 | TJLP | R\$ | 81.762 | 324.300 | 406.062 | 371.729 | 189.686 |
| BNDES - Repasse (11) | 2033 | TJLP | R\$ | 1.762 | 387.475 | 389.237 | 349.505 | 262.420 |
| AMAZONIA – FNO (11) | 2031 | 10% a.a | R\$ | 96 | 57.437 | 57.533 | 354.783 | 316.159 |
| BNDES (11) | 2033 | TJLP + 2,40% | R\$ | 1.277 | 377.635 | 378.912 | 54.807 | - |
| BNDES – Principal | | | | | | | 66.932 | 365.577 |
| Subcrédito A/B/C/D (16) | 2015 | Diversas | R\$ | 5.572 | 61.325 | 66.897 | | |
| BNDES (12) | 2024 | TJLP +2,15% | R\$ | 3.160 | 33.853 | 37.013 | 39.961 | 42.119 |
| CEF S.A (13) | 2022 | TJLP + 3,50% | R\$ | 7.404 | 54.297 | 61.701 | 64.784 | 67.128 |
| CEF S.A (14) | 2021 | TJLP + 3,50% | R\$ | 6.056 | 43.391 | 49.447 | 52.109 | 54.157 |
| CEF S.A (15) | 2022 | TJLP + 3,50% | R\$ | 9.809 | 80.925 | 90.734 | 95.267 | 96.601 |
| BNDES (16) | 2019 | Diversas | R\$ | 43.023 | 188.264 | 231.287 | 210.744 | 14.147 |
| Sindicato de Bancos (16) | 2015 | CDI + 0,90% | R\$ | 7.043 | - | 7.043 | 18.462 | 27.696 |
| CEF S.A (16) | 2016 | 117,5 % CDI | R\$ | 1.804 | 4.502 | 6.306 | 10.585 | 12.904 |
| NOTAS PROMISSORIAS – ITAU(16) | 2012 | 105.50% CDI | R\$ | - | - | - | 669.132 | - |
| BNDES – CEMIG | | | | | | | 51.972 | 48.539 |
| TELECOM (18) | 2017 | Diversas | R\$ | 9.070 | 34.697 | 43.767 | | |
| BNDES (22) | 2028 | URTJ+1,97% | R\$ | 4.010 | 57.561 | 61.571 | 49.588 | - |
| Outros | 2025 | Diversas | R\$ | 36.597 | 279.532 | 316.129 | 298.809 | 90.245 |
| Dívida em Moeda Nacional | | | | 5.093.225 | 3.663.359 | 8.756.584 | 9.250.387 | 7.468.720 |
| Total de Empréstimos e Financiamento | | | | 5.158.989 | 4.125.587 | 9.284.576 | 9.609.294 | 7.659.987 |

| Financiadores | Vencimento Principal | Encargos Financeiros Anuais | Moedas | Consolidado 2012 | | | 2011 Total | 01/01/2011 Total |
|--|----------------------|-----------------------------|--------|------------------|----------------|-----------|------------|------------------|
| | | | | Circulante | Não Circulante | Total | | |
| Debêntures – Governo do Estado de M.G. (6) (9) | 2031 | IGP-M | R\$ | - | 52.758 | 52.758 | 46.896 | 37.083 |
| Debêntures (6) | 2014 | IGP-M + 10,50 | R\$ | 401.359 | - | 401.359 | 372.697 | 354.638 |
| Debêntures (6) | 2017 | IPCA + 7,96 | R\$ | 530.287 | - | 530.287 | 502.648 | 472.333 |
| Debêntures (6) | 2011 | 104,00 do CDI | R\$ | - | - | - | - | 243.038 |
| Debêntures (6) | 2012 | CDI+ 0,90 | R\$ | - | - | - | 1.754.714 | 1.725.974 |
| Debêntures (6) | 2015 | IPCA + 7,68 | R\$ | 542.459 | 902.131 | 1.444.590 | 1.367.937 | 1.284.860 |
| Debêntures (6) | 2017 | CDI + 0,90 | R\$ | 37.549 | 479.847 | 517.396 | - | - |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | | | | | | |
|--|------|---------------|-----|--------|---------|---------|---------|---------|
| Debêntures (6) | 2022 | IPCA + 6,20 | R\$ | 41.035 | 697.850 | 738.885 | - | - |
| Debêntures (6) | 2019 | IPCA + 6,00 | R\$ | 11.843 | 208.368 | 220.211 | - | - |
| Debêntures 1ª EMISSÃO (6) (23) | 2013 | 106% do CDI | R\$ | 31.743 | - | 31.743 | - | - |
| DEBÊNTURES PRIVADAS (BNDESPAR(6) (17) | 2016 | 8,62% | R\$ | 29.548 | 82.709 | 112.257 | 131.225 | 158.373 |
| Debêntures Públicas CVM 476/09 (6) (17) | 2015 | 7,87% | R\$ | 543 | 59.570 | 60.113 | - | - |
| DEBENTURES TAESA (6) (16) | 2015 | CDI + 1,30% | R\$ | 55.546 | 99.642 | 155.188 | 206.429 | 205.292 |
| DEBENTURES TAESA (6) (16) | 2015 | IPCA+7,91"% | R\$ | 46.845 | 84.862 | 131.707 | 163.169 | 151.604 |
| DEBENTURES TAESA (6) (16) | 2017 | 106,0% do CDI | R\$ | 663 | 352.567 | 353.230 | 462.636 | 462.169 |
| DEBENTURES TAESA (6) (16) | 2017 | CDI + 0,78% | R\$ | 4.514 | 288.042 | 292.556 | - | - |
| DEBENTURES TAESA (6) (16) | 2020 | IPCA + 4,85% | R\$ | 3.395 | 348.802 | 352.197 | - | - |
| | 2024 | a.a. | R\$ | 3.159 | 308.776 | 311.935 | - | - |
| DEBENTURES TAESA (6) (16) | 2016 | CDI+1,30% | R\$ | 3.332 | 22.224 | 25.556 | 13.281 | - |
| DEBENTURES (19) (6) | 2016 | CDI+1,30% | R\$ | 20.813 | 46.535 | 67.348 | 88.148 | - |
| DEBENTURES (20) (6) | 2016 | CDI+1,30% | R\$ | 44.239 | 159.193 | 203.432 | 165.035 | - |
| DEBENTURES(21) (6) | 2016 | 112,5% do CDI | R\$ | 7.176 | 21.035 | 28.211 | 35.124 | - |
| Debêntures (6) (11) | 2013 | IPCA | R\$ | 80.613 | 78.905 | 159.518 | 207.094 | 182.188 |
| Debêntures 3ª Emissão - Light Energia(5) (6) | 2026 | Cdi+1,18% | R\$ | 55 | 9.692 | 9.747 | - | - |
| Debêntures Renova - Light Energia(5) (6) | 2022 | Cdi + 1,51% | R\$ | - | 21.449 | 21.449 | - | - |
| Debêntures Guanhães - Light Energia(5) (6) | 2013 | Cdi + 0,39% | R\$ | 10.729 | - | 10.729 | - | - |
| Debêntures I e IV (5) (6) | 2015 | TJLP + 4,00% | R\$ | 6 | 10 | 16 | 22 | 22 |
| Debêntures V (5) (6) | 2014 | CDI + 1,50% | R\$ | 29.937 | 36.563 | 66.500 | 241.759 | 210.287 |
| Debêntures VI (5) (6) | 2011 | 115% do CDI | R\$ | - | - | - | - | 78.642 |
| Debêntures VII (5) (6) | 2016 | CDI + 1,35% | R\$ | 2.604 | 210.613 | 213.217 | 214.400 | - |
| Debêntures VIII (5) (6) | 2026 | Cdi+1,18% | R\$ | 862 | 152.495 | 153.357 | - | - |
| Debêntures LIGHT ENERGIA (5) (6) | 2016 | CDI + 1,45% | R\$ | 1.044 | 55.608 | 56.652 | 57.074 | - |
| Debêntures LIGHT ENERGIA II (5) (6) | 2019 | Cdi+1,18% | R\$ | 4.068 | 137.501 | 141.569 | 137.487 | - |
| ITAÚ – BBA DEBÊNTURES (6) | 2017 | CDI + 0,9875% | R\$ | 679 | 10.830 | 11.509 | - | - |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | | | | | | |
|---------------------------|------|---------------|-----|-----------|-----------|------------|------------|------------|
| (24) | | a.a. | | | | | | |
| ITAU – BBA DEBÊNTURES (6) | 2017 | CDI + 0,9875% | R\$ | 672 | 9.840 | 10.512 | - | - |
| (25) | | a.a. | | | | | | |
| Total de Debentures | | | | 1.947.317 | 4.938.417 | 6.885.734 | 6.169.775 | 5.566.503 |
| Total Geral Consolidado | | | | 7.106.306 | 9.064.004 | 16.170.310 | 15.779.069 | 13.226.490 |

(1) As taxas de juros variam: 2,00% a 8,00 % ao ano; Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88 % ao ano;

(2) Empréstimo da controladora;

(3) Foi contratado “swap” com troca de taxa. Seguem a taxa do empréstimo e financiamento considerando os swap: CDI + 1,50% a.a.;

(4) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Contábeis Consolidadas;

(5) Empréstimos, financiamentos e debêntures da Light;

(6) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;

(7) Financiamento da Transchile;

(8) Financiamento de Cachoeirão;

(9) Contratos ajustados a valor presente, conforme CPC.12;

(10) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto EMPRESA CATRINENSE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A -ECTE;

(11) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Madeira Energia;

(12) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A;

(13) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Morgado S.A ;

(14) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto PraiaS de Parajuru S.A.;

(15) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto de VOLTA DO RIO S.A

(16) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Taesa;

(17) Financiamento da Gasmig;

(18) Empréstimo realizado pela Cemig Telecom;

(19) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto EMPRESA NORTE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.-ENTE;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (20) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto EMPRESA AMAZONENSE DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A-EATE;
 (21) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Empresa Paraense de Transmissão de Energia- ETEP.
 (22) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Light-Ger.
 (23) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Guanhães Energia.
 (24) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Transudeste.
 (25) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Transirapé.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo devedor da CEMIG, numa visão consolidada (considerando a participação em controladas e coligadas), com relação aos contratos financeiros era de R\$15,8 bilhões. Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos consolidados pela Companhia em 31 de dezembro de 2011 (valores expressos em R\$ mil):

| FINANCIADORES | Vencimento Principal | Encargos Financeiros anuais (%) | Moedas | Consolidado | | |
|--|----------------------|---------------------------------|----------|-------------|----------------|---------|
| | | | | 2011 | | |
| | | | | Circulante | Não Circulante | Total |
| MOEDA ESTRANGEIRA | | | | | | |
| ABN AMRO Real S.A. (3) | 2013 | 6 | US\$ | 23.541 | 23.448 | 46.989 |
| Banco do Brasil –A. – Bônus Diversos (1) | 2024 | Diversas | US\$ | 7.481 | 27.345 | 34.826 |
| BNP Paribas | 2012 | 5,89 | EURO | 1.387 | - | 1.387 |
| KFW | 2016 | 4,50 | EURO | 1.606 | 6.422 | 8.028 |
| Tesouro Nacional (10) | 2024 | Diversas | US\$ | 3.670 | 13.223 | 16.893 |
| Banco Inter Americano del Desarrollo (7) | 2026 | 2,12 | US\$ | 1.448 | 34.081 | 35.529 |
| BNP 36 MM - Euros | 2014 | 0,04 | Eur | 217 | 27.665 | 27.882 |
| Merril Lynch - Us\$ 50 MM | 2016 | 0,03 | Us\$ | 112 | 30.458 | 30.570 |
| BID (16) | 2022 | Libor + Spread 1,7 a 2,2%aa | BID (16) | 2.969 | 49.933 | 52.902 |
| BID (16) | 2023 | Libor + Spread 1,5 a 1,88%aa | BID (16) | 7.061 | 85.500 | 92.561 |
| Outros | 2019 | Diversas | Diversas | 8.034 | 3.306 | 11.340 |
| Dívida em Moeda Estrangeira | | | | 57.526 | 301.381 | 358.907 |
| MOEDA NACIONAL | | | | | | |
| Banco do Brasil S.A. | 2012 | 109,80 do CDI | R\$ | 591.951 | - | 591.951 |
| Banco do Brasil S.A. | 2013 | CDI + 1,70 | R\$ | 29.525 | 27.319 | 56.844 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | | | | |
|--|------|-------------------------|-----|-----------|---------|-----------|
| Banco do Brasil S.A. | 2013 | 107,60 do CDI | R\$ | 10.566 | 126.000 | 136.566 |
| Banco do Brasil S.A. | 2014 | 104,10 do CDI | R\$ | 1.024.881 | 200.000 | 1.224.881 |
| Banco do Brasil S.A. | 2013 | 10,83 | R\$ | (4.576) | 711.372 | 706.796 |
| Banco do Brasil S.A. | 2014 | 98,5% do CDI | R\$ | (2.603) | 439.240 | 436.637 |
| Banco do Brasil S.A. | 2012 | 106,00 do CDI | R\$ | 99.779 | - | 99.779 |
| Banco Itaú – BBA S.A | 2013 | CDI + 1,70 | R\$ | 123.331 | 35.506 | 158.837 |
| Banco Itaú – BBA S.A | 2014 | CDI + 1,70 | R\$ | 1.219 | 1.736 | 2.955 |
| Banco Votorantim S.A. | 2013 | CDI + 1,70 | R\$ | 28.086 | 25.329 | 53.415 |
| BNDES | 2026 | TJLP+2,34 | R\$ | 8.027 | 103.651 | 111.678 |
| Bradesco S.A. | 2014 | CDI + 1,70 | R\$ | 640 | 910 | 1.550 |
| Bradesco S.A. | 2013 | CDI + 1,70 | R\$ | 103.868 | 94.313 | 198.181 |
| Bradesco S.A. | 2012 | 106,00 do CDI | R\$ | 990.142 | - | 990.142 |
| Debêntures (6) | 2014 | IGP-M + 10,50 | R\$ | 21.087 | 351.610 | 372.697 |
| Debêntures – Governo do Estado de M.G. (6) (9) | 2031 | IGP-M | R\$ | - | 46.896 | 46.896 |
| Debêntures (6) | 2017 | IPCA + 7,96 | R\$ | 1.678 | 500.970 | 502.648 |
| Debêntures (6) | 2012 | CDI+ 0,90 | R\$ | 1.754.714 | - | 1.754.714 |
| Debêntures (6) | 2015 | IPCA + 7,68 | R\$ | 1.367.937 | - | 1.367.937 |
| ELETROBRAS | 2013 | FINEL + 7,50 a 8,50 | R\$ | 12.887 | 12.716 | 25.603 |
| ELETROBRAS | 2023 | UFIR, RGR + 6,00 a 8,00 | R\$ | 73.506 | 354.732 | 428.238 |
| Santander do Brasil S.A. | 2013 | CDI + 1,70 | R\$ | 20.533 | 19.918 | 40.451 |
| UNIBANCO S.A | 2013 | CDI + 1,70 | R\$ | 83.951 | 77.321 | 161.272 |
| UNIBANCO S.A (2) | 2013 | CDI + 1,70 | R\$ | 21.688 | 18.397 | 40.085 |
| Itaú e Bradesco (4) | 2015 | CDI + 1,70 | R\$ | 199.917 | 620.079 | 819.996 |
| Banco do Brasil S.A. (8) | 2020 | TJLP + 2,55 | R\$ | 2.732 | 20.036 | 22.768 |
| UNIBANCO S.A (8) | 2020 | TJLP + 2,55 | R\$ | 864 | 4.904 | 5.768 |
| Debêntures I e IV (5) (6) | 2015 | TJLP + 4,00 | R\$ | 6 | 16 | 22 |
| Debêntures V (5) (6) | 2014 | CDI + 1,50 | R\$ | 63.799 | 177.960 | 241.759 |
| Debêntures VII (5) (6) | 2016 | CDI + 1,35 | R\$ | 4.022 | 210.378 | 214.400 |
| Debêntures LIGHT ENERGIA I (5) (6) | 2016 | CDI + 1,45 | R\$ | 1.521 | 55.553 | 57.074 |
| Debêntures LIGHT ENERGIA II (5) (6) | 2019 | 1,18% do CDI | R\$ | 62 | 137.425 | 137.487 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | | | | |
|---|------|---------------|-----|-----------|-----------|------------|
| CCB Bradesco S.A (5) | 2017 | CDI + 0,85 | R\$ | 28.042 | 121.778 | 149.820 |
| ABN AMRO Real S.A. (5) | 2014 | CDI + 0,95 | R\$ | 1.025 | 25.980 | 27.005 |
| BNDES – (5) | 2019 | TLJP | R\$ | 52.508 | 319.221 | 371.729 |
| DEBENTURES (6) (10) | 2016 | CDI+1,30% | R\$ | 3.161 | 10.120 | 13.281 |
| DEBENTURES (6) (10) | 2016 | CDI+1,30% | R\$ | 20.992 | 67.156 | 88.148 |
| DEBENTURES (6) (10) | 2016 | CDI+1,30% | R\$ | 39.787 | 127.248 | 167.035 |
| DEBENTURES (6) (10) | 2016 | 112,5% do CDI | R\$ | 6.920 | 28.204 | 35.124 |
| BNDES (11) | 2033 | TJLP + 2,40 | R\$ | 1.251 | 348.254 | 349.505 |
| Debêntures (11) | 2013 | IPCA | R\$ | 135.450 | 71.644 | 207.094 |
| BNDES – Repasse (11) | 2033 | TJLP | R\$ | 1.686 | 353.097 | 354.783 |
| AMAZONIA - FNO | 2031 | 10% a.a | R\$ | 92 | 54.715 | 54.807 |
| BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (10) | 2015 | Diversas | R\$ | 237 | 66.695 | 66.932 |
| BNDES (12) | 2024 | TJLP +2,15 | R\$ | 3.054 | 36.907 | 39.961 |
| CEF S.A (13) | 2022 | TJLP + 3,50 | R\$ | 6.941 | 57.843 | 64.784 |
| CEF S.A (14) | 2021 | TJLP + 3,50 | R\$ | 5.685 | 46.424 | 52.109 |
| CEF S.A (15) | 2022 | TJLP + 3,50 | R\$ | 9.294 | 85.973 | 95.267 |
| BNDES (16) | 2019 | Diversas | R\$ | 35.000 | 175.744 | 210.744 |
| Sindicato de Bancos (16) | 2015 | CDI + 0,90% | R\$ | 9.264 | 9.198 | 18.462 |
| CEF S.A (16) | 2016 | 117,5 do CDI | R\$ | 2.375 | 8.210 | 10.585 |
| DEBENTURES (16) | 2017 | Diversas | R\$ | 17.855 | 814.379 | 832.234 |
| NOTAS PROMISSORIAS (ITAU) | 2012 | Diversas | R\$ | 669.132 | - | 669.132 |
| BNDES (17) | 2016 | TJLP + 3,12 | R\$ | 27.551 | 103.674 | 131.225 |
| BNDES (18) Cemig Telecom | 2017 | Diversas | R\$ | 9.111 | 42.861 | 51.972 |
| BNDES | 2028 | URTJ+1,97 | R\$ | 1.550 | 48.038 | 49.588 |
| Outros | 2025 | Diversas | R\$ | 39.831 | 258.978 | 298.809 |
| Dívida em Moeda Nacional | | | | 7.763.534 | 7.656.628 | 15.420.162 |
| Total Geral Consolidado | | | | 7.821.060 | 7.958.009 | 15.779.069 |

As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; Libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;

Empréstimo da controladora;

- (3) Foi contratado “swap” com troca de taxa. Seguem a taxa do empréstimo e financiamento considerando os swap: CDI + 1,50% a.a.;
- (4) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide Nota Explicativa nº12 Demonstrações Contábeis consolidadas;
- (5) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light) e PARATI;
- (6) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;
- (7) Financiamento da Transchile;
- (8) Financiamento de Cachoeirão;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;

Empréstimos e financiamentos consolidados do Grupo TBE;

Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Madeira Energia;

Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.;

Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Morgado S.A

Empréstimo realizado pela controlada em conjunto PraiaS de Parajuru S.A.;

Empréstimo realizado pela controlada em conjunto de VDR S.A

Empréstimo realizado pela controlada Taesa;

Empréstimo e financiamento da Gasmig

Empréstimo realizado pela Cemig Telecom Ativas;

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor da CEMIG, numa visão consolidada (considerando a participação em controladas e coligadas), com relação aos contratos financeiros era de R\$13,2 bilhões. Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos consolidados pela Companhia em 31 de dezembro de 2010 (valores expressos em R\$ mil):

| FINANCIADORES | Vencimento Principal | Encargos Financeiros anuais (%) | Moedas | 2010 | | |
|-----------------------------|----------------------|---------------------------------|----------|------------|----------------|-----------|
| | | | | Circulante | Não Circulante | Total |
| MOEDA ESTRANGEIRA | | | | | | |
| ABN AMRO Real S.A. (3) | 2013 | 6 | US\$ | 20.942 | 41.655 | 62.597 |
| Banco do Brasil –A. – Bônus | | | | | | |
| Diversos (1) | 2024 | Diversas | US\$ | 8.797 | 42.238 | 51.035 |
| BNP Paribas | 2012 | 5,89 | EURO | 2.568 | 1.241 | 3.809 |
| KFW | 2016 | 4,5 | EURO | 1.470 | 7.347 | 8.817 |
| Tesouro Nacional (10) | 2024 | Libor + Spread | US\$ | 3.451 | 15.963 | 19.414 |
| Banco Inter Americano del | | | | | | |
| Desarrollo (13) | 2026 | 4,2 | US\$ | 1.154 | 32.719 | 33.873 |
| Outros | 2025 | Diversas | Diversas | 8.273 | 3.449 | 11.722 |
| Dívida em Moeda Estrangeira | | | | 46.655 | 144.612 | 191.267 |
| MOEDA NACIONAL | | | | | | |
| Banco do Brasil S.A. | 2012 | 109,8 do CDI | R\$ | 305.523 | 582.000 | 887.523 |
| Banco do Brasil S.A. | 2013 | CDI + 1,70 | R\$ | 30.425 | 54.638 | 85.063 |
| Banco do Brasil S.A. | 2013 | 107,60 do CDI | R\$ | 9.276 | 126.000 | 135.276 |
| Banco do Brasil S.A. | 2014 | 104,10 do CDI | R\$ | 23.789 | 1.200.000 | 1.223.789 |
| Banco do Brasil S.A. | 2013 | 10,83 | R\$ | 36.953 | 593.541 | 630.494 |
| Banco Itaú – BBA S.A | 2013 | CDI + 1,70 | R\$ | 84.620 | 150.432 | 235.052 |
| Banco Itaú – BBA S.A | 2014 | CDI + 1,70 | R\$ | 1.270 | 2.605 | 3.875 |
| Banco Votorantim S.A. | 2013 | CDI + 1,70 | R\$ | 26.362 | 50.658 | 77.020 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | | | | |
|---|-----------|-------------------------|-----|---------|-----------|-----------|
| BNDES | 2026 | TJLP+2,34 | R\$ | 8.055 | 111.281 | 119.336 |
| Bradesco S.A. | 2014 | CDI + 1,70 | R\$ | 1 | 1.365 | 1.366 |
| Bradesco S.A. | 2013 | CDI + 1,70 | R\$ | 107.660 | 188.626 | 296.286 |
| Bradesco S.A. | 2011 | 105,50 do CDI | R\$ | 350.890 | - | 350.890 |
| Debêntures (12) | 2011 | 104,00 do CDI | R\$ | 243.038 | - | 243.038 |
| Debêntures – Governo do Estado de M.G. (12) (15) | 2031 | IGP-M | R\$ | - | 37.083 | 37.083 |
| Debêntures (12) | 2014 | IGP-M + 10,50 | R\$ | 20.198 | 334.440 | 354.638 |
| Debêntures (12) | 2017 | IPCA + 7,96 | R\$ | 1.720 | 470.613 | 472.333 |
| Debêntures | 2012 | CDI + 0,90 | R\$ | 160.042 | 1.565.932 | 1.725.974 |
| Debêntures | 2015 | IPCA + 7,68 | R\$ | 87.431 | 1.197.429 | 1.284.860 |
| ELETROBRAS | 2013 | FINEL + 7,50 a 8,50 | R\$ | 12.591 | 24.133 | 36.724 |
| ELETROBRAS | 2023 | UFIR, RGR + 6,00 a 8,00 | R\$ | 61.997 | 311.368 | 373.365 |
| Santander do Brasil S.A. | 2013 | CDI + 1,70 | R\$ | 20.805 | 39.836 | 60.641 |
| UNIBANCO S.A | 2009 | CDI + 2,98 | R\$ | - | - | - |
| UNIBANCO S.A | 2013 | CDI + 1,70 | R\$ | 86.236 | 154.643 | 240.879 |
| UNIBANCO S.A (2) | 2013 | CDI + 1,70 | R\$ | 22.709 | 36.794 | 59.503 |
| Itaú e Bradesco (9) | 2015 | CDI + 1,70 | R\$ | 172.138 | 718.379 | 890.517 |
| Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais | 2025 | 10 | R\$ | 689 | 8.401 | 9.090 |
| Banco do Brasil S.A. (14) | 2020 | TJLP + 2,55 | R\$ | 2.732 | 22.768 | 25.500 |
| UNIBANCO S.A (14) | 2020 | TJLP + 2,55 | R\$ | 712 | 5.748 | 6.460 |
| Debêntures I e IV (10) | 2010/2015 | TJLP + 4,00 | R\$ | 5 | 17 | 22 |
| Debêntures V (10) | 2014 | CDI + 1,50 | R\$ | 20.740 | 189.547 | 210.287 |
| Debêntures VI (10) | 2011 | 115% do CDI | R\$ | 78.642 | - | 78.642 |
| CCB Bradesco S.A (10) | 2017 | CDI + 0,85 | R\$ | 2.956 | 117.286 | 120.242 |
| ABN AMRO Real S.A. (10) | 2010 | CDI + 0,95 | R\$ | 690 | 20.851 | 21.541 |
| Banco Itaú – BBA S.A (16) | 2022 | TJLP + 4,55 | R\$ | 485 | 4.789 | 5.274 |
| BNDES – FINEM (10) | 2019 | TJLP | R\$ | 34.386 | 155.300 | 189.686 |
| Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo (16) | 2022 | TJLP + 4,55 | R\$ | 532 | 4.742 | 5.274 |
| UNIBANCO S.A (16) | 2022 | TJLP + 4,55 | R\$ | 163 | 1.599 | 1.762 |
| Unibanco S.A. (16) | 2022 | IGPM + 9,85 | R\$ | 388 | 3049 | 3437 |
| BNDES (17) | 2033 | TJLP + 2,40 | R\$ | - | 262.420 | 262.420 |
| Debêntures (17) | 2013 | IPCA | R\$ | - | 182.188 | 182.188 |
| BNDES – Repasse (17) | 2033 | TJLP | R\$ | - | 316.159 | 316.159 |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| | | | | | | |
|------------------------------|------|--------------|-----|-----------|------------|------------|
| BNDES – Principal Subcrédito | | | | | | |
| A/B/C/D (16) | 2022 | Diversas | R\$ | 43.112 | 322.465 | 365.577 |
| BNDES (18) | 2024 | TJLP + 2,50 | R\$ | 2.758 | 39.361 | 42.119 |
| CEF S.A (19) | 2022 | TJLP + 3,50 | R\$ | 6.496 | 60.632 | 67.128 |
| CEF S.A (20) | 2021 | TJLP + 3,50 | R\$ | 5.327 | 48.830 | 54.157 |
| CEF S.A (21) | 2022 | TJLP + 3,50 | R\$ | 7.992 | 88.609 | 96.601 |
| BNDES (22) | 2018 | Diversas | R\$ | 2.047 | 12.100 | 14.147 |
| Sindicato de Bancos (22) | 2010 | CDI + 1,50 | R\$ | 9.328 | 18.368 | 27.696 |
| CEF S.A (22) | 2016 | 117,5 do CDI | R\$ | 2.384 | 10.520 | 12.904 |
| DEBENTURES(22) | 2017 | CDI+1,6 | R\$ | 16.865 | 802.200 | 819.065 |
| BNDES (24) | 2016 | TJLP + 3,12 | R\$ | 27.657 | 130.716 | 158.373 |
| BNDES (25) CEMIG TELECOM | 2017 | Diversas | R\$ | 786 | 47.753 | 48.539 |
| Outros | 2025 | Diversas | R\$ | 14.310 | 51.098 | 65.408 |
| Dívida em Moeda Nacional | | | | 2.155.911 | 10.879.312 | 13.035.223 |
| Total Geral Consolidado | | | | 2.202.566 | 11.023.924 | 13.226.490 |

As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;

Libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;

Empréstimo da controladora;

(3) a (8) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 1,50% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;

Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios.

Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light);

Empréstimos e financiamentos consolidados das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006;

Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

Financiamento da Transchile.

Financiamento de Cachoeirão;

Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;

Empréstimos e financiamentos consolidados do grupo TBE;

Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Madeira Energia;

Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A;

Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Morgado S.A;

(20) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Parajuru S.a.;

(21) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto de VDR S.A;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (22) Empréstimo realizado pela controlada TAESA;
- (23) 3ª Emissão de Nota Promissória da Cemig GT;
- (24) Empréstimo e financiamento da GASMIG;
- (25) Empréstimo realizado pela CEMIG TELECOM- ATIVAS;

Não há contratos relevantes em moeda estrangeira. Segue breve descrição do principal empréstimo em moeda nacional da Companhia, em 31 de dezembro de 2012:

Em 21 de dezembro de 2012, a Companhia emitiu a Cédula de Crédito Bancário nº 306.401.104, no valor de R\$ 1.088 milhões, para o resgate da 4ª emissão de Notas Promissórias. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros à taxa de 105% da taxa média do CDI capitalizados mensalmente. O vencimento da Cédula de Crédito Bancário seria em 19 de fevereiro de 2012, mas foi prorrogado por mais 60 dias. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 1.083,2 milhões.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

iii . Grau de Subordinação da Dívida

Cerca de 37,00% da dívida consolidada pela Companhia contam com garantia corporativa da empresa holding CEMIG e cerca de 7,22% da dívida é garantido por recebíveis da Cemig D e da Cemig GT (controladora).

iv. Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em alguns contratos financeiros firmados com o Banco ItaúBBA e ABN (Santander), há covenants financeiros que restringem o endividamento da empresa, conforme demonstrado a seguir:

Banco ItaúBBA:

| | |
|---------------------------------------|-----------------------|
| Ebitda/Despesas financeiras líquidas: | maior ou igual a 2,8 |
| Dívida/(patr.liq.+dívida): | menor ou igual a 65% |
| Dívida/Ebitda: | menor ou igual a 3,36 |
| Dívida curto prazo/Ebitda: | menor ou igual a 105% |
| Investimento/Ebitda: | menor ou igual a 75% |

Banco ABN (Santander):

| | |
|----------------|----------------------|
| Ebitda/Juros: | maior ou igual a 3 |
| Dívida/Ebitda: | menor ou igual a 2,5 |

Há nos contratos financeiros da Cemig Distribuição e da Cemig Geração e Transmissão cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso a empresa esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

A emissão de títulos e valores mobiliários pela Cemig Distribuição requer a autorização prévia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bem como dos agentes repassadores de seus financiamentos.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos contratados pela Cemig Distribuição junto à Eletrobras têm como limites de utilização a capacidade de comprovação da aplicação dos recursos nos prazos contratados.

(h) a alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2012 em comparação a 2011 são como segue:

- Aumento de 333,94% nos saldos de Títulos e Valores Mobiliários circulantes em função de otimização das aplicações financeiras da Companhia e do maior volume de recursos em função da oferta pública de ações da Taesa.
- Saldo de contas a receber do Governo do Estado de Minas Gerais no Circulante no valor de R\$2.422 milhões em função da liquidação antecipada do contrato com o Governo do Estado de Minas Gerais.
- Aumento de 22,89% no saldo do ativo financeiro não circulante em função de atualização monetária dos saldos e aquisição de novos ativos de transmissão.
- Aumento de 179,85% no saldo de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar em função da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

declaração de dividendos extraordinários de R\$1.600 milhões e também da provisão dos dividendos de 2012, considerando o crescimento do lucro no ano.

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2011 em comparação a 2010 são como segue:

- Aumento de 35,10% nos depósitos vinculados a litígio em função do depósito judicial do PASEP/COFINS incidente sobre o ICMS. A companhia vem questionando judicialmente a questão, sendo os valores a pagar registrados na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições.
- Aumento de 23,01% nos ativos financeiros da concessão registrados no Curto e Longo Prazo, no montante de R\$1.909 milhões, em função da aquisição de participação nos ativos de transmissão do grupo Abengoa, com a consolidação dos ativos financeiros da controlada em conjunto, atualização do ativo financeiro de transmissão constituído em exercícios anteriores e adições de ativos financeiros de distribuição em função do volume do programa de investimentos da Companhia.
- Registro de Investimentos em 2011 no valor de R\$177 milhões referente a aquisição de participação na empresa Norte Energia, empresa detentora da concessão da usina de Belo Monte (detalhes no ítem 10.2).

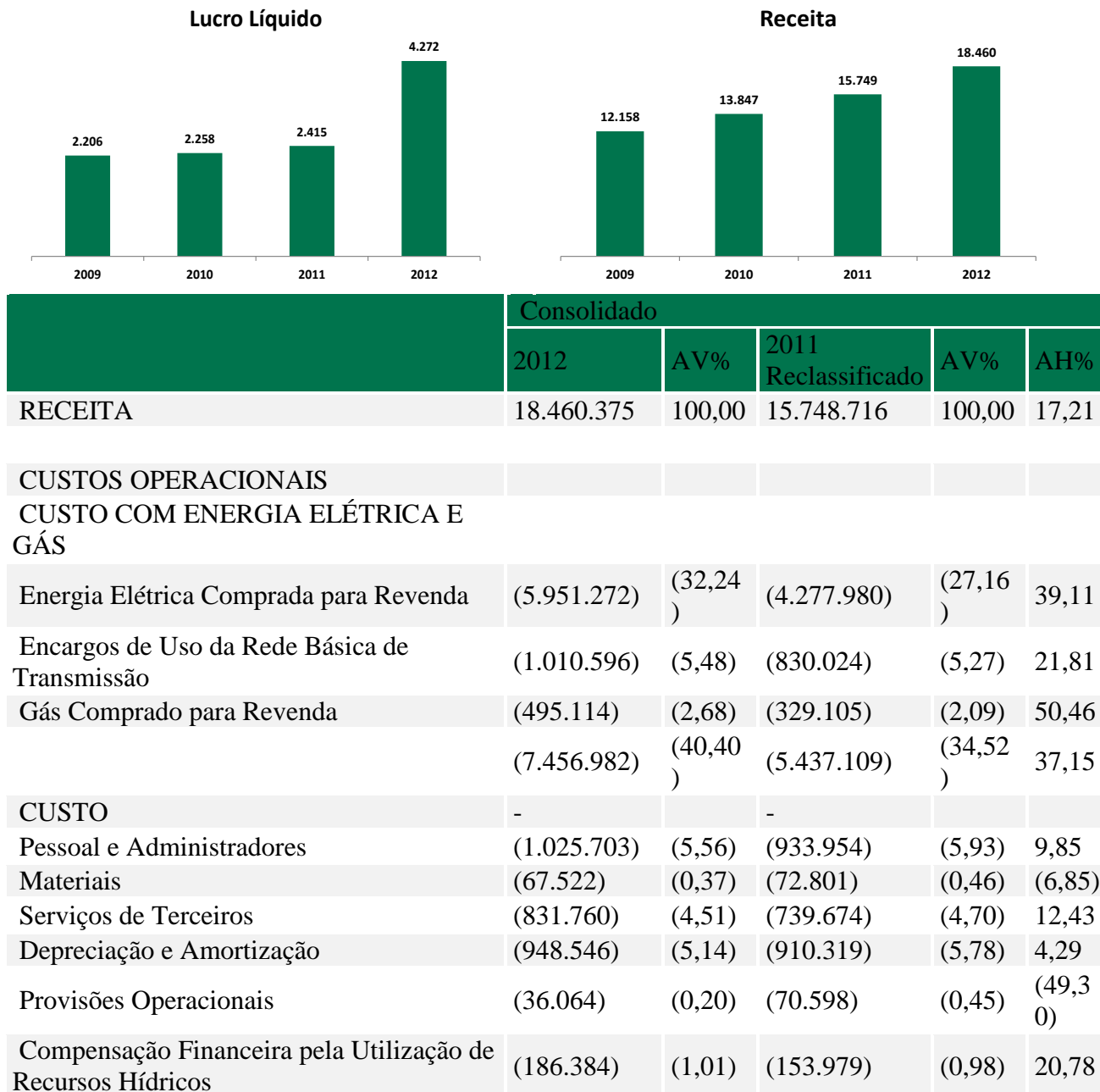
Aumento de 19,30% na dívida com empréstimos e financiamentos da Companhia, no valor de R\$2.553 milhões, em função dos empréstimos obtidos em 2011 no valor de R\$3.608 milhões, adicionando-se R\$648 milhões de financiamentos consolidados de empresa adquirida em 2011, em comparação a amortização de financiamentos de R\$2.219 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 Resultado operacional e financeiro**

a. Os diretores devem comentar: (a) resultados das operações do emissor, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais; (b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume e introdução de novos produtos; e (c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Resultado do exercício de 2012 em comparação ao exercício de 2011

O resultado da Companhia apresenta-se crescente, impulsionado principalmente pelo crescimento da receita.



10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| | | | | | |
|--|--------------|---------|--------------|---------|--------|
| Custo de Construção de Infraestrutura | (1.630.194) | (8,83) | (1.529.269) | (9,71) | 6,61 |
| Outras | (200.378) | (1,08) | (152.463) | (0,97) | 31,58 |
| | (4.926.551) | (26,69) | (4.563.057) | (28,97) | 7,98 |
| | | | | | |
| CUSTO TOTAL | (12.383.533) | (67,09) | (10.000.166) | (63,50) | 23,84 |
| | | - | | - | |
| LUCRO BRUTO | 6.076.842 | 32,92 | 5.748.550 | 36,50 | 5,71 |
| | | - | | - | |
| DESPESA OPERACIONAL | | - | | - | |
| Despesas com Vendas | (348.071) | (1,89) | (189.820) | (1,21) | 83,16 |
| (Despesas) Reversões Gerais e Administrativas | (1.280.470) | (6,93) | (840.961) | (5,34) | 52,20 |
| Outras Despesas Operacionais | (626.920) | (3,40) | (413.713) | (2,63) | 51,45 |
| | (2.255.461) | (12,22) | (1.444.494) | (9,17) | 56,16 |
| | | | | | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (3.272) | (0,02) | (744) | (0,01) | 200,00 |
| Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto | 264.493 | 1,43 | - | - | 100,00 |
| | | - | | - | |
| Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos | 4.082.602 | 22,12 | 4.303.312 | 27,32 | (5,11) |
| | | - | | - | |
| Receitas Financeiras | 3.210.239 | 17,39 | 994.995 | 6,32 | 222,61 |
| Despesas Financeiras | (1.957.915) | (10,61) | (1.965.266) | (12,48) | (0,36) |
| Resultado antes dos Impostos | 5.334.926 | 28,90 | 3.333.041 | 21,16 | 60,07 |
| | | - | | - | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (1.504.093) | (8,15) | (1.111.451) | (7,05) | 35,37 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 440.852 | 2,39 | 193.860 | 1,23 | 127,32 |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 4.271.685 | 23,14 | 2.415.450 | 15,33 | 76,89 |
| | | | | | |
| Lucro Básico e Diluído por ação preferencial | 5,01 | | 2,83 | | |
| Lucro Básico e Diluído por ação ordinária | 5,01 | | 2,83 | | |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| | Controladora | | | | |
|---|--------------|--------------|------------------------|-------------|--------|
| | 2012 | AV % | 2011 Reclassificado | AV % | AH % |
| RECEITA | 334 | 100,00 | 347 | 100,00 | (3,75) |
| CUSTOS OPERACIONAIS | | | | | |
| CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS | | | | | |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | - | | - | | - |
| Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão | - | | - | | - |
| Gás Comprado para Revenda | - | | - | | - |
| | - | | - | | - |
| CUSTO | | | - | | - |
| Pessoal e Administradores | - | | - | | - |
| Materiais | - | | - | | - |
| Serviços de Terceiros | - | | - | | - |
| Depreciação e Amortização | - | | - | | - |
| Provisões Operacionais | - | | - | | - |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos | - | | - | | - |
| Custo de Construção de Infraestrutura | - | | - | | - |
| Outras | - | | - | | - |
| | - | | - | | - |
| CUSTO TOTAL | - | | - | | - |
| LUCRO BRUTO | 334 | 100,00 | 347 | 100,00 | (3,75) |
| DESPESA OPERACIONAL | | | | | |
| Despesas com Vendas | - | | - | | - |
| (Despesas) | (496.475) | (148.645,21) | (68.915) | (19.884,73) | 618,84 |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| | | | | | |
|--|------------------|---------------------|------------------|-------------------|--------------|
| Reversões Gerais e Administrativas | | | | | |
| Outras Despesas Operacionais | (22.771) | (6.886,23) | (23.423) | (6.628,24) | - |
| | (519.246) | (155.531,44) | (92.338) | (26.512,97) | 464,13 |
| | | - | | - | - |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 2.638.623 | 790.119,76 | 2.466.638 | 713.832,85 | 6,97 |
| Ganho na diluição de participação em controladas em conjunto | - | - | - | - | - |
| Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos | 2.119.711 | 634.730,54 | 2.374.647 | 684.438,04 | (10,74) |
| Receitas Financeiras | 2.476.610 | 741.616,77 | 173.469 | 49.855,91 | 1.331,79 |
| Despesas Financeiras | (137.282) | (41.317,37) | (113.891) | (32.853,03) | 2018 |
| Resultado antes dos Impostos | 4.459.039 | 1.335.029,94 | 2.434.225 | 701.440,92 | 83,20 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (119.019) | (35.628,74) | (143.287) | (41.210,37) | (16,78) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | (68.335) | (20.359,28) | 124.512 | 36.023,05 | (154,40) |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 4.271.685 | 1.279.041,92 | 2.415.450 | 695.965,42 | 76,89 |
| Lucro Básico e Diluído por ação preferencial | 5,01 | | 2,83 | | |
| Lucro Básico e Diluído por ação ordinária | 5,01 | | 2,83 | | |

Resultado do Exercício

A Cemig apresentou, no exercício de 2012, um resultado de R\$4.272 milhões em comparação ao resultado de R\$2.415 milhões no exercício de 2011, representando um aumento de 76,89%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Receita operacional

A composição das receitas operacionais é como segue:

| R\$ milhões | 2012 | AV % | 2011 | AV% | AH % |
|--|---------|---------|---------|---------|--------|
| Fornecimento Bruto de Energia Elétrica | 18.614 | 100,83 | 16.568 | 105,20 | 12,35 |
| Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD | 2.215 | 12,00 | 1.978 | 12,56 | 11,98 |
| Receita de Concessão de Transmissão | 1.675 | 9,07 | 1.407 | 8,93 | 19,05 |
| Receita de Construção de Distribuição | 1.446 | 7,83 | 1.413 | 8,97 | 2,34 |
| Receita de Construção de Transmissão | 160 | 0,87 | 120 | 0,76 | 33,33 |
| Receita de Construção de Gás | 25 | 0,14 | 7 | 0,04 | 257,14 |
| Transações com energia na CCEE | 427 | 2,31 | 269 | 1,71 | 58,74 |
| Receita de indenização de transmissão | 192 | 1,04 | - | - | - |
| Outras Receitas Operacionais | 1.324 | 7,17 | 984 | 6,25 | 34,55 |
| Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita | (7.618) | (41,27) | (6.997) | (44,43) | 8,88 |
| Receita Operacional Líquida | 18.460 | 100,00 | 15.749 | 100,00 | 17,21 |

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$18.614 milhões em 2012 em comparação a R\$16.568 milhões em 2011, o que representa um aumento de 12,35%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Consumidores Finais**

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$16.671 milhões em 2012 comparados a R\$14.955 milhões em 2011, uma variação de 11,47%.

Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

| | MWh (*) | | | R\$ | | | Preço Médio (R\$/MWh) | |
|--|------------|------------|--------|------------|------------|--------|-----------------------|--------|
| | 2012 | 2011 | AH % | 2012 | 2011 | AH % | 2012 | 2011 |
| Residencial | 11.518.441 | 10.742.297 | 7,23 | 6.226.699 | 5.451.747 | 14,21 | 540,63 | 507,54 |
| Industrial | 25.969.189 | 26.028.775 | (0,23) | 4.581.625 | 4.362.073 | 5,04 | 176,44 | 167,58 |
| Comércio, Serviços e Outros | 7.949.909 | 6.984.941 | 13,81 | 3.542.329 | 3.045.417 | 16,32 | 445,53 | 435,93 |
| Rural | 2.874.259 | 2.646.475 | 8,61 | 785.128 | 707.958 | 10,88 | 273,14 | 267,47 |
| Poder Público | 1.343.999 | 1.191.280 | 12,85 | 606.878 | 531.496 | 14,31 | 451,64 | 445,84 |
| Iluminação Pública | 1.463.813 | 1.371.091 | 6,78 | 392.682 | 356.667 | 10,08 | 268,44 | 260,39 |
| Serviço Público | 1.549.311 | 1.439.200 | 7,64 | 464.473 | 424.407 | 9,43 | 299,55 | 294,65 |
| Subtotal | 52.668.921 | 50.404.059 | 4,49 | 16.599.814 | 14.879.765 | 11,56 | 315,18 | 295,21 |
| Consumo Próprio | 62.133 | 57.098 | 8,77 | - | - | - | - | - |
| Fornecimento não Faturado, Líquido | - | - | 4,50 | 71.285 | 74.830 | (5,33) | - | - |
| | 52.731.054 | 50.461.157 | (4,08) | 16.671.099 | 14.954.595 | 11,47 | 316,15 | 296,37 |
| Suprimento a Outras Concessionárias (**) | 13.867.837 | 14.457.890 | 4,96 | 1.903.052 | 1.577.128 | 20,67 | 137,23 | 109,08 |
| Vendas no PROINFA | 126.900 | 120.827 | 2,59 | 39.408 | 36.016 | 8,33 | 307,09 | 297,52 |
| Total | 66.725.791 | 65.039.874 | 7,22 | 18.613.559 | 16.567.739 | 12,35 | 278,96 | 254,74 |

aumento de 4,49% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio); reajustes tarifários na Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011 (efeito integral em 2012);

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

reajustes tarifários na Light, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,82% a partir de 7 de novembro de 2011 (efeito integral em 2012);

reajuste tarifário na Cemig D, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012;

reajustes dos contratos de venda de energia a consumidores livres, indexados, na maior parte, à variação do IGP-M

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Evolução do Mercado**

O mercado da Cemig corresponde às vendas de energia para os consumidores cativos e clientes livres, na área de concessão em Minas Gerais e fora do Estado, à comercialização de energia para outros agentes do setor elétrico no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e às vendas no Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) e na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação das transações realizadas no ano de 2012, comparativamente às de 2011.

| | MWh (*) | |
|--|------------|------------|
| | 2012 | 2011 |
| Residencial | 11.518.441 | 10.742.297 |
| Industrial | 25.969.189 | 26.028.775 |
| Comércio, Serviços e Outros | 7.949.909 | 6.984.941 |
| Rural | 2.874.259 | 2.646.475 |
| Poder Público | 1.343.999 | 1.191.280 |
| Iluminação Pública | 1.463.813 | 1.371.091 |
| Serviço Público | 1.549.311 | 1.439.200 |
| Subtotal | 52.668.921 | 50.404.059 |
| Consumo Próprio | 62.133 | 57.098 |
| | 52.731.054 | 50.461.157 |
| Suprimento a Outras Concessionárias (**) | 13.867.837 | 14.457.890 |
| Vendas no PROINFA | 126.900 | 120.827 |
| Total | 66.725.791 | 65.039.874 |

(*) A coluna de MWh inclui o total de energia comercializada pela Light, proporcional à participação da Companhia. Informações não auditadas pelos auditores independentes;
(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

A energia comercializada pela Cemig, no ano de 2012, apresentou um acréscimo de 2,59% em relação ao ano de 2011.

As vendas de energia para consumidores finais tiveram um crescimento de 4,49%, devido à expansão do mercado interno e externo, a despeito da desaceleração da atividade econômica nacional no ano de 2012.

O desempenho das principais classes de consumo de energia elétrica está descrito a seguir:

Residencial: O consumo residencial apresentou crescimento de 7,23% em relação a 2011. O aumento de consumo de energia desta classe está associado principalmente à ligação de novas unidades consumidoras e ao incremento de consumo de bens e serviços pelas famílias

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Industrial: A energia consumida pelos clientes cativos e livres apresentou uma redução de 0,23% em 2012, decorrente basicamente da redução da atividade econômica no ano, sendo os setores mais afetados de siderurgia, química e ferroligas.

Comercial: A energia consumida pelos clientes cativos e livres, na área de concessão em Minas Gerais e fora do Estado, aumentou 13,81%, associado ao nível aquecido de demanda interna, devendo se destacar o comércio varejista e de serviços de comunicação e alimentação.

Rural: O consumo dessa classe cresceu 8,61%, relacionado a ligação de novas propriedades rurais e ao aumento da demanda de energia para irrigação, em função das condições climáticas atípicas ao longo do ano de 2012.

Demais classes: As demais classes – Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio, cresceram 8,87% no ano de 2012.

Receita com suprimento

As vendas de energia para outros agentes do setor elétrico decresceu 4,08%. O decréscimo nas vendas a outros agentes do setor elétrico decorre da estratégia de comercialização de energia da Companhia, priorizando os atendimentos aos clientes usuários finais (consumidores livres e consumidores de energia incentivada) e a participação nos mercados de suprimento conforme a existência de lastro de energia, a agregação de valor e a minimização de riscos.

Apesar da quantidade de energia vendida a outras concessionárias ter reduzido em 4,08%, houve um aumento de 20,67% na receita com energia vendida, R\$1.903 milhões em 2012 comparados a R\$1.577 milhões em 2011, em função do aumento de 25,80% no preço médio de venda da energia, R\$137,23/MWh em 2012 em comparação a R\$109,08/MWh em 2011.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

A receita de TUSD, da Cemig D e Light, correspondeu a R\$2.215 milhões em 2012 comparados a R\$1.978 milhões em 2011, um aumento de 11,98%. Esta Receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres, sobre a energia vendida por outros Agentes do Setor elétrico e seu aumento decorre de maior transporte de energia para os consumidores livres, consequência principalmente da migração de clientes cativos para o Mercado livre.

Receita de Concessão de Transmissão e Receita de Indenização

A Receita de Concessão de Transmissão foi de R\$1.675 milhões em 2012 comparados a R\$1.407 milhões em 2011, um aumento de 19,05%. Esta variação decorre principalmente do aumento dos ativos de transmissão da Companhia em função das novas aquisições ocorridas no segundo semestre de 2011, principalmente da Abengoa, adquirida por meio de nossa controlada em conjunto TAESA. A receita de transmissão agregada pela TAESA, proporcional à nossa participação, foi de R\$696 milhões em 2012 comparada a R\$564 milhões em 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Companhia registrou em 2012 o ganho estimado em função da indenização dos ativos de transmissão que foram enquadrados dentro dos critérios da MP 579, no valor de R\$192 milhões. Maiores detalhes na nota explicativa nº 4.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia são como segue:

| | Consolidado | |
|-----------------------------|---------------------|---------------------|
| | 2012 R\$ milhões | 2011 R\$ milhões |
| Fornecimento de Gás | 755 | 579 |
| Serviço Taxado | 18 | 14 |
| Serviço de Telecomunicações | 162 | 158 |
| Prestações de Serviços | 117 | 98 |
| Subvenções (*) | 176 | 56 |
| Aluguel e Arrendamento | 86 | 77 |
| Outras | 10 | 2 |
| | 1.324 | 984 |

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

| | Consolidado | | |
|--|-------------|-----------|---------|
| | 2012 | 2011 | AH % |
| Tributos sobre a Receita | | | |
| ICMS | 3.954.319 | 3.575.298 | 10,60 |
| COFINS | 1.655.724 | 1.495.852 | 10,70 |
| PIS-PASEP | 359.496 | 324.824 | 10,46 |
| Outros | 7.472 | 5.591 | 16,67 |
| | 5.977.011 | 5.401.565 | 10,64 |
| Encargos do Consumidor | | | |
| Reserva Global de Reversão – RGR | 287.248 | 204.887 | 40,00 |
| Programa de Eficiência Energética – PEE | 38.357 | 42.640 | (11,63) |
| Conta de Desenvolvimento Energético – CDE | 616.253 | 516.122 | 19,38 |
| Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC | 565.083 | 717.632 | (21,31) |
| Pesquisa e Desenvolvimento – P&D | 47.282 | 37.001 | 27,03 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT | 41.027 | 32.057 | 28,13 |
| Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME | 20.513 | 16.091 | 31,25 |
| Encargos de Capacidade Emergencial | - | 359 | - |
| Adicional 0,30% (Lei 12.111/09) | 25.172 | 28.148 | (10,71) |
| | 1.640.935 | 1.594.937 | 2,88 |
| | 7.617.946 | 6.996.502 | 8,88 |

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$7.618 milhões em 2012 comparados a R\$6.997 milhões em 2011, representando um aumento de 8,88%. As principais variações, nas deduções à Receita, são como segue:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os gastos com a CCC foram de R\$565 milhões em 2012 comparados a R\$718 milhões em 2011, representando uma redução de 21,31%. Refere-se aos Custos de Operação das Usinas Térmicas dos Sistemas Interligado e Isolado Brasileiro, rateados entre os Concessionários de Energia Elétrica, por meio de Resolução da ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que no negócio de distribuição, a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente e para a parcela referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás. A variação neste custo decorre, principalmente, da redução no custo unitário da CCC definida por meio de Resolução da ANEEL.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os gastos com a CDE foram de R\$616 milhões em 2012, comparados a R\$516 milhões em 2011, representando um aumento de 19,38%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que na atividade de distribuição a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Para a parcela referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

As demais deduções à Receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Vide a composição dos impostos incidentes sobre a receita na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, representaram em 2012 o montante de R\$14.639 milhões comparados a R\$11.445 milhões em 2011, com aumento de 27,91%. Vide as principais despesas e custos na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

| | Consolidado | | | Controladora | | |
|---|-------------|------------|---------|--------------|---------|-------------|
| | 2012 | 2011 | AH % | 2012 | 2011 | AH % |
| Pessoal (a) | 1.360.796 | 1.248.651 | 8,97 | 33.910 | 37.128 | (8,11) |
| Participação dos Empregados e Administradores no Resultado | 243.655 | 221.061 | 10,41 | 12.661 | 14.987 | (13,33) |
| Obrigações Pós-Emprego | 133.991 | 123.700 | 8,06 | 10.111 | 8.435 | 25,00 |
| Materiais | 82.535 | 97.752 | (15,31) | 182 | 222 | - |
| Serviços de Terceiros (b) | 1.127.478 | 1.030.827 | 9,31 | 22.451 | 12.962 | 69,23 |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda (c) | 5.951.272 | 4.277.980 | 39,11 | - | - | - |
| Depreciação e Amortização | 1.000.556 | 982.669 | 1,83 | 330 | 370 | - |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos | 186.384 | 153.979 | 20,78 | - | - | - |
| Provisões (Reversões) Operacionais (d) | 781.806 | 257.611 | 203,10 | 400.613 | (1.892) | (20.150,00) |
| Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão | 1.010.596 | 830.024 | 21,81 | - | - | - |
| Gás Comprado para Revenda | 495.114 | 329.105 | 50,46 | - | - | - |
| Custos de Construção (e) | 1.630.194 | 1.529.269 | 6,61 | - | - | - |
| Outras Despesas Operacionais Líquidas (f) | 634.617 | 362.032 | 75,41 | 38.988 | 20.126 | 95,00 |
| | 14.638.994 | 11.444.660 | 27,91 | 519.246 | 92.338 | 464,13 |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Energia Elétrica Comprada para Revenda**

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$5.951 milhões em 2012 comparados a R\$4.278 milhões em 2011, representando um aumento de 39,11%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

aumento de 164,09% nas exposições financeiras ao mercado de curto prazo da Cemig D, que foi de R\$890 milhões em 2012 comparados a R\$337 milhões em 2011, devido ao aumento nos valores médios do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), nos principais submercados de exposição sudeste e centro-oeste, que passou de R\$29,42 por MWh no exercício de 2011 para R\$166,69 por MWh no mesmo período de 2012;

aumento de 42,80%% nas compras de energia no ambiente regulado, que foi de R\$2.806 milhões em 2012, comparados a R\$1.965 milhões em 2011. Este aumento decorre substancialmente da ligação das usinas térmicas em 2012, com um custo mais elevado, e a transferência desse aumento custo para as distribuidoras;

aumento de 16,32% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional da Cemig D, indexada ao Dólar, que foi de R\$1.069 milhões no exercício de 2012, comparados a R\$919 milhões no mesmo período de 2011, em decorrência, principalmente, da desvalorização do Real frente ao Dólar no exercício de 2012, comparada a uma valorização no mesmo período de 2011. O Dólar médio relativo às faturas no exercício de 2012 foi de R\$1,998, em comparação a R\$1,676 do mesmo período de 2011, o que representou uma variação de 19,21%.

Este é um Custo não controlável na atividade de Distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com Encargos de Uso da Rede de Transmissão foi de R\$1.011 milhões em 2012 comparados a R\$830 milhões em 2011, um aumento de 21,81%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Depreciação/Amortização

A despesa com Depreciação e Amortização apresentou um aumento de 1,83%, na comparação entre os períodos: R\$1.001 milhões em 2012, comparada a R\$983 milhões em 2011. Este resultado decorre, substancialmente do aumento nos ativos da concessão em função do maior programa de investimentos, principalmente no negócio de distribuição, o que compensou o efeito da redução da taxa de depreciação e amortização a partir de 2012 em função da revisão da vida útil dos ativos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Obrigações Pós-emprego**

A despesa com Obrigações Pós-emprego foi de R\$134 milhões em 2012 comparados a R\$124 milhões em 2011, representando um aumento de 8,06%. Esta despesa representa a atualização da obrigação calculada em conformidade a laudo atuarial elaborado por consultores externos.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$1.361 milhões em 2012 comparados a R\$1.249 milhões em 2011, representando um aumento de 8,97%. Este resultado decorre, principalmente, do reajuste salarial ocorrido em novembro de 2011 e 2012, com reajustes médio de 8,20% e 4,5%, respectivamente, compensado parcialmente pela redução de 3,84% no número de empregados.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$782 milhões em 2012 comparados a R\$258 milhões em 2011, um aumento de 203,10%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes itens:

Provisão de R\$159 milhões para Crédito de Liquidação Duvidosa em 2012 da Cemig D referentes à perda relativa ao ICMS sobre Encargos de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD em decorrência da não expectativa de recebimento dos valores.

Provisão de R\$403 milhões referente ao Termo de Conciliação firmado entre a Companhia e a União em ação relacionada à extinta Conta CRC, o que viabilizou a operação de liquidação antecipada do contrato da CRC com o Governo do Estado de Minas Gerais.

Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 25 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Gás Comprado para Revenda

O custo com compra de gás para revenda foi de R\$495 milhões em 2012 comparados a R\$329 milhões em 2011, representando um aumento de 50,46%. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento na quantidade comprada, nos períodos comparados em consequência de maior comercialização de gás pela Gasmig, em 2012, consequência da maior atividade industrial em função da expansão do consumo dos clientes localizados nas regiões do Vale Aço e do Sul de Minas.

Serviços de terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$1.127 milhões em 2012 comparados a R\$1.031 milhões em 2011, representando um aumento de 9,31%. As principais variações decorrem do maior volume de serviços de comunicação, manutenção e conservação e conservação e limpeza. O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Resultado Financeiro Líquido**

O resultado em 2012 foi uma Receita Financeira Líquida de R\$1.252 milhões comparados a uma Despesa Financeira Líquida de R\$970 milhões em 2011. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

Redução de 27,80% nas rendas de aplicação financeira em função do menor volume de recursos aplicados no exercício de 2012;

Receita com atualização monetária do contrato CRC de R\$2.383 milhões em decorrência de sua quitação antecipada, conforme maiores detalhes na nota explicativa nº 12;

aumento de 18,54% nos Acréscimos Moratórios de Contas de Energia, que foi de R\$179 milhões no exercício de 2012 em comparação a R\$151 milhões no mesmo período de 2011, em decorrência de melhoria no processo de arrecadação e negociação de débitos;

Receita com Variações Cambiais: R\$44 milhões em 2012 comparados a R\$20 milhões em 2011, devido, principalmente, de resultado de aplicações financeiras em moeda estrangeira da Taesa.

Aumento na Despesa de Variações Cambiais: R\$82 milhões em 2012 comparados a R\$40 milhões em 2011, devido, principalmente, de variações cambiais de contratos de empréstimos lastreados em dólar assumidos pela Taesa em decorrência da aquisição da Abengoa.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$1.063 milhões em relação ao Resultado de R\$5.335 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 19,93%. A Companhia apurou em 2011 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$918 milhões em relação ao Resultado de R\$3.333 milhões, representando um percentual de 27,54%. Estas taxas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|-------------|-------------|--------------|-----------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Resultado antes dos Impostos | 5.334.926 | 3.333.041 | 4.459.039 | 2.434.225 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal | (1.813.875) | (1.133.234) | (1.516.073) | (827.637) |
| Efeitos Fiscais Incidentes sobre: | | | | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial e JCP recebido | (1.112) | (253) | 762.118 | 701.157 |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| | | | | |
|--|-------------|-------------|-----------|-----------|
| Contribuições e Doações Indedutíveis | (8.836) | (8.227) | (406) | (1.153) |
| Incentivo Fiscal | 33.383 | 28.585 | 983 | 2.330 |
| Créditos Fiscais não Reconhecidos | 33.859 | (1.638) | (89) | (13) |
| Ganho na Emissão de Ações | 89.928 | - | - | - |
| Amortização de Ágio | - | - | (12.177) | (12.235) |
| Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior | 11.609 | (2.769) | 1.095 | 123 |
| Reconhecimento de créditos sobre Prejuízo Fiscal/Base Negativa | - | 119.850 | - | 119.850 |
| Juros sobre capital próprio | 578.000 | - | 578.000 | - |
| Baixa ICMS TUSD Termo Compromisso CEMIG E Estado | (2.881) | - | - | - |
| Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real | 31.907 | 32.407 | - | - |
| Outros | (15.223) | 47.688 | (805) | (1.197) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva | (1.063.241) | (917.591) | (187.354) | (18.775) |
| Alíquota Efetiva | 19,93% | 27,54% | 4,20% | 0,77% |
| Imposto Corrente | (1.504.093) | (1.111.451) | (119.019) | (143.287) |
| Imposto Diferido | 440.852 | 193.860 | (68.335) | 124.512 |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Resultado do exercício de 2011 em comparação ao exercício de 2010

A Cemig apresentou, no exercício de 2011, um resultado de R\$2.415 milhões em comparação ao resultado de R\$2.258 milhões no exercício de 2010, representando um aumento de 6,95%.

| | Consolidado | | | | |
|---|-------------|---------|--------------------------|---------|---------|
| | 2011 | AV % | 2010 (Reclassificado) | AV % | AH % |
| RECEITA | 15.814.227 | 100,00 | 13.846.934 | 100,00 | 14,21 |
| CUSTOS | | | | | |
| OPERACIONAIS | | | | | |
| CUSTO COM ENERGIA | | | | | |
| ELÉTRICA E GÁS | | | | | |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda | (4.277.980) | (27,05) | (3.721.585) | (26,88) | 14,94 |
| Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão | (830.024) | (5,25) | (728.839) | (5,26) | 13,85 |
| Gás Comprado para Revenda | (329.105) | (2,08) | (225.398) | (1,62) | 46,22 |
| | (5.437.109) | (34,38) | (4.675.822) | (33,77) | 16,27 |
| CUSTO DE OPERAÇÃO | | - | | - | |
| Pessoal e Administradores | (933.954) | (5,91) | (967.117) | (6,98) | (3,41) |
| Materiais | (72.801) | (0,46) | (125.613) | (0,91) | (42,06) |
| Serviços de Terceiros | (739.674) | (4,68) | (804.921) | (5,81) | (8,07) |
| Depreciação e Amortização | (866.977) | (5,48) | (866.709) | (6,26) | - |
| Provisões Operacionais | (70.598) | (0,45) | (14.202) | (0,10) | 407,14 |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos | (153.979) | (0,97) | (140.404) | (1,01) | 10,00 |
| Custo de Construção | (1.529.269) | (9,67) | (1.327.693) | (9,59) | 15,14 |
| Outras | (152.463) | (0,96) | (45.913) | (0,33) | 230,43 |
| | (4.519.715) | (28,58) | (4.292.572) | (31,00) | 5,29 |
| | - | - | - | - | |
| | - | - | - | - | |
| CUSTO TOTAL | (9.956.824) | (62,96) | (8.968.394) | (64,76) | 11,03 |
| | - | - | - | - | |
| LUCRO BRUTO | 5.857.403 | 37,04 | 4.878.540 | 35,24 | 20,05 |
| | - | - | - | - | |
| DESPESA | | | | | |
| OPERACIONAL | | | | | |
| Despesas com Vendas | (189.820) | (1,20) | (283.180) | (2,04) | (32,86) |
| (Despesas) Reversões Gerais e Administrativas | (840.961) | (5,32) | (367.141) | (2,65) | 129,16 |
| Outras Despesas Operacionais | (413.713) | (2,62) | (581.424) | (4,20) | (28,74) |
| | (1.444.494) | (9,13) | (1.231.745) | (8,90) | 17,21 |
| Resultado Operacional antes do Resultado de | 4.412.909 | 27,91 | 3.646.795 | 26,34 | 21,00 |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| | | | | | |
|---|------------------|--------------|------------------|--------------|-------------|
| Equivalência Patrimonial, Resultado Financeiro e Impostos | | | | | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | (744) | (0,01) | - | - | - |
| Receitas Financeiras | 994.995 | 6,29 | 841.416 | 6,07 | 18,31 |
| Despesas Financeiras | (2.050.786) | (12,97) | (1.665.925) | (12,03) | 23,11 |
| Resultado antes dos Impostos | 3.356.374 | 21,22 | 2.822.286 | 20,38 | 18,92 |
| | | - | | - | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (1.111.451) | (7,03) | (871.930) | (6,30) | 27,41 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 170.527 | 1,08 | 307.620 | 2,22 | (44,48) |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 2.415.450 | 15,27 | 2.257.976 | 16,31 | 6,95 |
| Lucro Básico e Diluído por ação preferencial | 3,54 | | 3,41 | | |
| Lucro Básico e Diluído por ação ordinária | 3,54 | | 3,41 | | |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| | Controladora | | | | |
|--------------------------|--------------|-------------|---------|------------|----------|
| | 2011 | AV % | 2010 | AV % | AH % |
| RECEITA | 347 | 100,00 | 432 | 100,00 | (19,68) |
| CUSTOS | | | | | |
| OPERACIONAIS | | | | | |
| CUSTO COM | | | | | |
| ENERGIA ELÉTRICA | | | | | |
| E GÁS | | | | | |
| Energia Elétrica | - | | - | | |
| Comprada para Revenda | - | | - | | |
| Encargos de Uso da | | | | | |
| Rede Básica de | - | | - | | |
| Transmissão | | | | | |
| Gás Comprado para | - | | - | | |
| Revenda | - | | - | | |
| CUSTO DE | | | | | |
| OPERAÇÃO | | | | | |
| Pessoal e | | | | | |
| Administradores | - | | - | | |
| Materiais | - | | - | | |
| Serviços de Terceiros | - | | - | | |
| Depreciação e | - | | - | | |
| Amortização | - | | - | | |
| Provisões Operacionais | - | | - | | |
| Compensação Financeira | | | | | |
| pela Utilização de | - | | - | | |
| Recursos Hídricos | | | | | |
| Custo de Construção | - | | - | | |
| Outras | - | | - | | |
| CUSTO TOTAL | - | | - | | |
| LUCRO BRUTO | 347 | 100,00 | 432 | 100,00 | (19,68) |
| DESPESA | | | | | |
| OPERACIONAL | | | | | |
| Despesas com Vendas | - | | - | | |
| (Despesas) Reversões | (68.915) | (19.860,23) | 30.618 | 7.087,50 | (322,58) |
| Gerais e Administrativas | | | | | |
| Outras Despesas | (23.423) | (6.750,14) | (9.339) | (2.161,81) | 155,56 |
| Operacionais | (92.338) | (26.610,37) | 21.279 | 4.925,69 | (538,10) |
| Resultado Operacional | (91.991) | (26.510,37) | 21.711 | 5.025,69 | (518,18) |
| antes do Resultado de | | | | | |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| | | | | | |
|---|------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------|
| Equivalência Patrimonial, Resultado Financeiro e Impostos | | | | | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial | 2.520.216 | 726.287,03 | 2.104.382 | 48.577,61 | 19,77 |
| Receitas Financeiras | 173.469 | 49.991,07 | 63.494 | 14.697,69 | 174,60 |
| Despesas Financeiras | (167.469) | (48.261,96) | (66.213) | (15.327,08) | 153,03 |
| Resultado antes dos Impostos | 2.434.225 | 701.505,76 | 2.123.374 | 491.521,76 | 14,65 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | (143.287) | (41.293,08) | (118.746) | (27.487,50) | 20,17 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos | 124.512 | 35.882,42 | 253.348 | 58.645,37 | (50,59) |
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | 2.415.450 | 696.095,10 | 2.257.976 | 522.679,63 | 6,95 |
| Lucro Básico e Diluído por ação preferencial | 3,54 | | 3,41 | | |
| Lucro Básico e Diluído por ação ordinária | 3,54 | | 3,41 | | |

Receita operacional

A composição das receitas operacionais é como segue:

| R\$ milhões | 2011 (Reclassificado) | 2010 (Reclassificado) | Variação % |
|--|--------------------------|--------------------------|---------------|
| Fornecimento Bruto de Energia Elétrica | 16.837 | 14.821 | 13,60 |
| Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD | 1.978 | 1.658 | 19,30 |
| Receita de Uso da Rede de Transmissão | 1.407 | 1.197 | 17,54 |
| Receita de Construção | 1.541 | 1.342 | 14,83 |
| Outras Receitas operacionais | 983 | 924 | 6,39 |
| Deduções à receita operacional | (6.997) | (6.095) | 14,80 |
| Receita Operacional líquida | 15.749 | 13.847 | 13,74 |

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$16.837 milhões em 2011 em comparação a R\$14.821 milhões em 2010, o que representa um aumento de 13,60%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$14.955 milhões em 2011 comparados a R\$13.219 milhões em 2010, uma variação de 13,13%.

| | MWh(*) | | | | R\$ | | | Preço Médio R\$/MWh | | |
|-----------------------------|------------|-------|------------|-------|------------|--------------------------|----------|---------------------|--------|--------|
| | 2011 | AV % | 2010 | AH % | 2011 | 2010 (Reclassificado) | AH % | 2011 | 2010 | AH % |
| Residencial | 10.742.297 | 15,31 | 9.944.272 | 8,02 | 5.451.747 | 4.832.622 | 12,81 | 507,54 | 486,02 | 4,43 |
| Industrial | 26.028.775 | 37,09 | 24.826.143 | 4,85 | 4.366.107 | 3.935.703 | 10,92 | 167,74 | 158,54 | 5,80 |
| Comércio, Serviços e Outros | 6.984.941 | 9,95 | 6.227.336 | 12,17 | 3.045.417 | 2.717.686 | 12,03 | 435,93 | 436,49 | (0,13) |
| Rural | 2.646.475 | 3,77 | 2.466.451 | 7,30 | 707.958 | 631.984 | 12,03 | 267,57 | 256,29 | 4,40 |
| Poder Público | 1.191.280 | 1,70 | 1.082.741 | 9,97 | 531.496 | 467.376 | 13,70 | 445,84 | 431,21 | 3,39 |
| Iluminação Pública | 1.371.091 | 1,95 | 1.220.491 | 12,38 | 356.667 | 309.816 | 15,16 | 260,39 | 254,10 | 2,48 |
| Serviço Público | 1.439.200 | 2,05 | 1.360.002 | 5,81 | 424.407 | 394.995 | 7,34 | 294,65 | 290,44 | 1,45 |
| Subtotal | 50.404.059 | 71,82 | 47.127.436 | 6,95 | 14.883.799 | 13.290.182 | 11,99 | 295,29 | 282,00 | 4,71 |
| Consumo Próprio | 57.098 | 0,08 | 53.417 | 7,55 | - | - | - | - | - | - |
| Fornecimento não Faturado, | - | - | - | - | 74.830 | (71.204) | (205,63) | - | - | - |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| | | | | | | | | | | |
|---|----------------|------------|----------------|-----------|----------------|----------------|------------|------------|------------|-----------|
| Líquido | 50.461.1 57 | 71,90 | 47.180.8 53 | 6,95 | 14.958.62 9 | 13.218.9 78 | 13,16 | 296,4 5 | 280,1 8 | 5,81 |
| Suprimento a Outras Concessionári as(**) | 14.457.8 90 | 20,60 | 14.204.5 30 | 1,78 | 1.577.128 | 1.444.82 8 | 9,13 | 109,0 8 | 101,7 2 | 7,24 |
| Transações com energia na CCEE | 5.138.45 3 | 7,32 | 4.785.03 9 | 7,38 | 268.970 | 133.432 | 102,2 6 | 52,36 | 27,80 | 88,3 6 |
| Vendas no PROINFA | 120.827 | 0,17 | 84.771 | 42,3 5 | 36.016 | 23.777 | 50,00 | 297,5 2 | 282,3 5 | 5,37 |
| Total | 70.178.3 27 | 100,0 0 | 66.255.1 93 | 5,92 | 16.840.74 3 | 14.821.0 15 | 13,63 | 239,9 8 | 223,7 0 | 7,28 |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

aumento de 6,95% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio);
reajustes tarifários na Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 1,67% e 7,24%, a partir de 8 de abril de 2010 e 2011, respectivamente;
reajustes tarifários na Light, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 2,20% e 7,82% a partir de 7 de novembro de 2010 e 2011, respectivamente;
reajustes dos contratos de venda de energia a consumidores livres, indexados, na maior parte, à variação do IGP-M.

O desempenho das principais classes de consumo está descrito a seguir:

Residencial:

O consumo residencial representa 15,3% da energia total transacionada pela Cemig em 2011 e o crescimento de 8,0% no ano está associado à ligação de novas unidades consumidoras e ao incremento de consumo de bens e serviços pelas famílias em função de condições favoráveis da economia brasileira, com a manutenção do vigor do mercado de trabalho e o crescimento da massa salarial associados à expansão da oferta de crédito.

Industrial:

A energia utilizada pelos clientes livres e cativos corresponde a 37,1% do volume transacionado em 2011, com aumento de 4,8% em relação a 2010 devido à expansão da atividade industrial com o crescimento das exportações e à produção destinada ao atendimento da demanda interna, apesar dos sinais de desaceleração no segundo semestre do ano.

Comercial:

Esta classe consumiu 10,0% da energia transacionada e cresceu 12,2% no ano de 2011, comportamento associado ao nível aquecido de demanda interna, ou seja, pelo consumo entre os vários setores econômicos e pelo consumo final das famílias e dos indivíduos.

Rural:

O consumo rural cresceu 7,3% em 2011, com a ligação de 121.057 propriedades rurais e o aumento da demanda de energia para irrigação em função de condições climáticas atípicas ao longo do ano, com baixos níveis de precipitação no período úmido e temperaturas acima da média esperada para o período seco.

Demais Classes:

As demais classes de consumidores – Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio, com participação de 5,8% da energia transacionada, cresceram em conjunto 9,2% no ano de 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Receita com suprimento**

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias aumentou em 1,78%, 14.457.890 MWh em 2011 comparados a 14.204.530 MWh em 2010, sendo verificado um aumento de 7,24% no preço médio de venda de energia, R\$109,08/MWh em 2011 na comparação com R\$101,72/MWh em 2010. Dessa forma, ocorreu um aumento de 9,13% na Receita com Suprimento a outras concessionárias, R\$1.577 milhões em 2011 na comparação com R\$1.445 milhões em 2010.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

A receita de TUSD, da Cemig Distribuição e Light, correspondeu a R\$1.978 milhões em 2011 comparados a R\$1.658 milhões em 2010, um aumento de 19,30%. Esta Receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres, sobre a energia vendida por outros Agentes do Setor Elétrico e seu aumento decorre dos reajustes tarifários ocorridos na tarifa e principalmente do maior transporte de energia para os consumidores livres, consequência da recuperação da atividade industrial e migração de clientes cativos para o Mercado Livre.

Receita de uso da rede de transmissão

A Receita de Uso da Rede de Transmissão foi de R\$1.407 milhões em 2011, comparada a R\$1.197 milhões em 2010, representando um aumento de 17,54%.

Para as concessões antigas, a Receita de Uso da Rede refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao Sistema Interligado Brasileiro, deduzindo-se os valores recebidos que são utilizados para amortização do ativo financeiro.

Para as concessões novas, inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção das linhas de transmissão e também o ajuste a valor presente do ativo financeiro de transmissão constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade ao modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

O aumento nesta receita em 2011 decorre principalmente da atualização monetária do ativo de transmissão da Taesa, com um impacto no resultado da Cemig de R\$178 milhões. Essa atualização foi decorrente da divulgação do índice de atualização da tarifa da Taesa a partir de julho de 2011, no percentual de 9,77%.

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia são como segue:

| | Consolidado | |
|--|-------------|------|
| | 2011 | 2010 |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| | | (Reclassificado) |
|-----------------------------|-----|------------------|
| Fornecimento de Gás | 579 | 398 |
| Serviço Taxado | 14 | 16 |
| Serviço de Telecomunicações | 158 | 131 |
| Prestações de Serviços | 98 | 179 |
| Aluguel e Arrendamento | 77 | 60 |
| Outras | 57 | 140 |
| Soma | 983 | 924 |

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$6.997 milhões em 2011 comparados a R\$6.095 milhões em 2010, representando um aumento de 14,8%. As principais variações, nas deduções à Receita, são como segue:

| | Consolidado | | |
|--|------------------|------------------|--------------|
| | 2011 | 2010 | AH % |
| Tributos sobre a Receita | | | |
| ICMS | 3.575.298 | 3.142.237 | 13,78 |
| COFINS | 1.495.852 | 1.309.715 | 14,20 |
| PIS-PASEP | 324.824 | 304.268 | 6,91 |
| Outros | 5.591 | 11.738 | (50,00) |
| | 5.401.565 | 4.767.958 | 13,30 |
| Encargos do Consumidor | | | - |
| Reserva Global de Reversão – RGR | 204.887 | 181.787 | 12,64 |
| Programa de Eficiência Energética – PEE | 42.640 | 43.276 | - |
| Conta de Desenvolvimento Energético – CDE | 516.122 | 423.120 | 21,99 |
| Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC | 717.632 | 532.309 | 34,96 |
| Pesquisa e Desenvolvimento – P&D | 37.001 | 39.011 | (5,13) |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT | 32.057 | 34.132 | (5,88) |
| Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME | 16.091 | 17.020 | (5,88) |
| Encargos de Capacidade Emergencial | 359 | 20.199 | (100,00) |
| Adicional 0,30% (Lei 12.111/09) | 28.148 | 35.915 | (22,22) |
| | 1.594.937 | 1.326.769 | 20,20 |
| | 6.996.502 | 6.094.727 | 14,80 |

Conta de Consumo de Combustível - CCC

Os gastos com à CCC foram de R\$718 milhões em 2011 comparados a R\$532 milhões em 2010, representando um aumento de 34,96%. Refere-se aos Custos de Operação das Usinas Térmicas dos Sistemas Interligado e Isolado Brasileiro, rateados entre os Concessionários de Energia Elétrica, por meio de Resolução da ANEEL.

Este é um custo não controlável, sendo que no negócio de distribuição, a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente e para a parcela referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CCC é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás. A variação neste custo decorre,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

principalmente, da alteração na metodologia de cálculo do encargo, que passou a suprir a diferença entre o custo total da geração de energia nos sistemas isolados e o custo médio da energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os gastos com a CDE foram de R\$516 milhões em 2011, comparados a R\$423 milhões em 2010, representando um aumento de 21,99%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Este é um custo não controlável, sendo que na atividade de distribuição a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Para a parcela referente aos serviços de transmissão de energia elétrica, a Companhia é, apenas, repassadora do encargo, uma vez que a CDE é cobrada dos consumidores livres na fatura de uso da rede básica e repassada à Eletrobrás.

As demais deduções à Receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Vide a composição dos impostos incidentes sobre a receita na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Contábeis consolidadas de 2011.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, representaram em 2011 o montante de R\$11.401 milhões comparados a R\$10.200 milhões em 2010, com aumento de 11,77%. Vide as principais despesas e custos na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2011.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| | Consolidado | | | Controladora | | |
|---|-------------|--------------------------|---------|--------------|-----------|----------|
| | 2011 | 2010 (Reclassificado) | AH % | 2011 | 2010 | AH% |
| Pessoal (a) | 1.248.651 | 1.211.340 | 3,14 | 37.128 | 39.149 | (5,13) |
| Participação dos Empregados e Administradores no Resultado | 221.061 | 325.085 | (32,00) | 14.987 | 12.304 | 25,00 |
| Obrigações Pós-Emprego | 123.700 | 107.038 | 15,89 | 8.435 | 14.637 | (46,67) |
| Materiais | 97.752 | 133.660 | (26,87) | 222 | 372 | - |
| Serviços de Terceiros (b) | 1.030.827 | 923.315 | 11,70 | 12.962 | 14.967 | (13,33) |
| Energia Elétrica Comprada para Revenda (c) | 4.277.980 | 3.721.585 | 14,94 | - | - | - |
| Depreciação e Amortização | 939.327 | 895.581 | 4,80 | 370 | 222 | - |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos | 153.979 | 140.404 | 10,00 | - | - | - |
| Provisões (Reversões) | | | | | | |
| Operacionais (d) | 257.611 | 138.065 | 86,96 | (1.892) | (112.269) | (98,21) |
| Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão | 830.024 | 728.839 | 13,85 | - | - | - |
| Gás Comprado para Revenda | 329.105 | 225.398 | 46,22 | - | - | - |
| Custos de Construção | 1.529.269 | 1.327.693 | 15,14 | - | - | - |
| Outras Despesas Operacionais | | | | | | |
| Líquidas (e) | 362.032 | 322.136 | 12,42 | 20.126 | 9.339 | 122,22 |
| | 11.401.318 | 10.200.139 | 11,77 | 92.338 | (21.279) | (538,10) |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**Energia Elétrica Comprada para Revenda**

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$4.278 milhões em 2011 comparados a R\$3.722 milhões em 2010, representando um aumento de 14,94%. O aumento nos custos decorre basicamente da maior atividade de comercialização de energia pela Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig Geração e Transmissão”) e aumento da participação na Light em 2011, com a maior consolidação das suas operações. Este é um custo não controlável, na atividade de distribuição, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2011.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com Encargos de Uso da Rede de Transmissão foi de R\$830 milhões em 2011 comparados a R\$729 milhões em 2010, um aumento de 13,85%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável pela Companhia, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Depreciação/Amortização

A despesa com Depreciação e Amortização apresentou um aumento de 4,80%, na comparação entre os períodos: R\$939 milhões em 2011, comparada a R\$896 milhões em 2010. Este resultado decorre, substancialmente do aumento nos ativos da concessão em função do maior programa de investimentos, principalmente no negócio de distribuição.

Obrigações Pós-emprego

A despesa com Obrigações Pós-emprego foi de R\$124 milhões em 2011 comparados a R\$107 milhões em 2010, representando um aumento de 15,89%. Esta despesa representa a atualização da obrigação calculada em conformidade a laudo atuarial elaborado por consultores externos. O aumento significativo decorre da maior participação na controlada Light.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$258 milhões em 2011 comparados a R\$138 milhões em 2010, um aumento de 86,96%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes itens:

aumento de 55,24% na provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$163 milhões em 2011 contra R\$105 milhões em 2010).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

variação na provisão para processos administrativos da ANEEL (Provisão de R\$4 milhões em 2011 contra uma reversão de R\$47 milhões em 2010 referente a um processo extinto pela Aneel referente ao subsídio de baixa renda).

variação na provisão para contingências judiciais (Provisão de R\$48 milhões em 2011 contra uma reversão de R\$54 milhões em 2010).

Em contrapartida, ocorreram provisões referentes a ações cíveis de majoração tarifária de R\$9 milhões em 2011 contra R\$139 milhões provisionados em 2010. Os valores provisionados em 2010 decorrem substancialmente de celebração de acordo para encerrar processo judicial com consumidor industrial referente ao reajuste tarifário determinado pela portaria DNAEE 045/86.

Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 25 às Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2011.

Gás Comprado para Revenda

O custo com compra de gás para revenda foi de R\$329 milhões em 2011 comparados a R\$225 milhões em 2010, representando um aumento de 46,22%. Esta variação deve-se, principalmente, ao aumento na quantidade comprada, nos períodos comparados em função de maior comercialização de gás pela Gasmig, em 2011, consequência da maior atividade industrial.

Serviços de terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$1.031 milhões em 2011 comparados a R\$923 milhões em 2010, representando um aumento de 11,70%. As principais variações decorrem do maior volume de serviços de comunicação, leitura de medidores e entrega de faturas de energia e consultoria, sendo os aumentos decorrentes em sua maior parte de reajuste nos contratos de prestação de serviços. O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2011.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$221 milhões em 2011 comparados a R\$325 milhões em 2010, representando uma redução de 32,00%. Os valores registrados decorrem de acordo coletivo específico assinado com as entidades sindicais em novembro de 2010 e 2011, devendo ser ressaltado que nos valores registrados em 2010 encontra-se registrado o valor adicional de R\$30 milhões, ainda decorrente de Acordo Coletivo de Trabalho em 2009.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

| LAJIDA - R\$ milhões | 2011 | 2010 | Var% |
|---|-------------|-------------|-------------|
| Resultado do Exercício | 2.415 | 2.258 | 6,95 |
| + Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social | 918 | 564 | 62,77 |
| + Resultado Financeiro | 970 | 825 | 17,58 |
| + Amortização e Depreciação | 983 | 896 | 9,71 |
| = LAJIDA | 5.286 | 4.543 | 16,35 |
| Itens não recorrentes: | | | |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| | | | |
|--|-------|-------|-------|
| + Acordo judicial com cliente industrial | - | 178 | - |
| + ICMS consumidor Baixa Renda | - | 26 | - |
| = LAJIDA AJUSTADO | 5.286 | 4.747 | 11,35 |

Mais informações sobre as medidas não contábeis, definições e conciliações com as Demonstrações Contábeis da Companhia, veja itens 3.7 e 3.9 deste Formulário de Referência.

Os principais efeitos não recorrentes que impactaram no Lajida de 2010 são como segue:

Reconhecimento de uma Despesa, em 2010, na Cemig Distribuição, no montante de R\$178 milhões, decorrente de acordo referente à ação ajuizada por consumidor industrial, relativa ao ressarcimento do aumento de tarifa, introduzido pelo DNAEE, durante o Plano Cruzado;

Reconhecimento de Despesa com ICMS, em 2010, referente à subvenção de desconto na tarifa de Consumidor de Baixa Renda, no montante de R\$26 milhões, em decorrência de adesão à Programa de Anistia, implementado pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado em 2011 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$1.056 milhões comparados a uma Despesa Financeira Líquida de R\$825 milhões em 2010. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| | Consolidado | | Controladora | |
|--|-------------|--------------------------|--------------|----------|
| | 2011 | 2010 (Reclassificado) | 2011 | 2010 |
| RECEITAS FINANCEIRAS | | | | |
| Renda de Aplicação Financeira | 410.195 | 392.473 | 21.034 | 46.591 |
| Acréscimos Moratórios de Contas de Energia | 150.522 | 137.129 | - | - |
| Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a | 152.145 | 129.408 | - | - |
| Receber do Governo do Estado de Minas Gerais | | | | |
| Variações Cambiais | 20.453 | 50.531 | 35 | 10 |
| PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas | (42.347) | (39.342) | (41.956) | (38.543) |
| Financeiras | | | | |
| Ganhos com Instrumentos Financeiros | 16.120 | - | - | - |
| Ajuste a Valor Presente | - | 16.975 | - | - |
| Rendas FIDC | - | - | 49.433 | 40.596 |
| Variação Monetária sobre Finsocial (Nota 9) | 67.341 | - | 67.341 | - |
| Variação Monetária de Depósito Judicial (Nota 11) | 67.506 | - | 67.506 | - |
| Outras | 153.060 | 154.242 | 10.076 | 14.840 |
| | 994.995 | 841.416 | 173.469 | 63.494 |
| DESPESAS FINANCEIRAS | | | | |
| Encargos de Empréstimos e Financiamentos | (1.311.023) | (1.075.290) | (20.896) | (7.986) |
| Variações Cambiais | (39.870) | (37.172) | (206) | (104) |
| Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos | (145.780) | (144.297) | - | - |
| Variação Monetária – concessão onerosa | (21.239) | (42.168) | - | - |
| Perdas com Instrumentos Financeiros | - | (6.072) | - | - |
| Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego | (162.878) | (142.243) | (5.235) | (4.983) |
| Atualização Monetária de AFAC (Nota 23) | (66.136) | - | (66.136) | - |
| Outras | (303.860) | (218.683) | (74.996) | (53.140) |
| | (2.050.786) | (1.665.925) | (167.469) | (66.213) |
| RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO | (1.055.791) | (824.509) | 6.000 | (2.719) |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Aumento na Despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$1.311 milhões em 2011 comparados a R\$1.075 milhões em 2010, devido, principalmente, à maior variação do CDI, principal indexador dos contratos de empréstimos e financiamentos, refletindo o processo de aumento da taxa SELIC ocorrida principalmente no 1º semestre de 2011.

Aumento na Despesa de Variação Monetária de Obrigação Pós- Emprego: R\$163 milhões em 2011 comparados a R\$142 milhões em 2010 devido, principalmente, à maior variação do IPCA, índice de atualização do contrato de dívida entre a Cemig e a Forluz.

Receita com Variação Monetária sobre Depósito Judicial: R\$68 milhões em 2011 decorrentes da atualização de crédito tributário referente a ação judicial ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) em função da decisão transitada em julgado favorável à Cemig.

Receita com Variação Monetária sobre FINSOCIAL: R\$68 milhões em 2011 decorrentes de crédito atualizado junto à Receita Federal do Brasil que foram indevidamente recolhidos nos períodos entre 1989 e 1991, tendo em vista decisão transitada em julgado favorável à Cemig.

Despesa com Atualização Monetária da AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital): R\$66 milhões em 2011 decorrente atualização do montante histórico de R\$27 milhões devolvidos a Secretaria de Estado da Fazenda.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2011.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2011, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$941 milhões em relação ao Resultado de R\$3.356 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 28,03%. A Companhia apurou em 2010 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$564 milhões em relação ao Resultado de R\$2.822 milhões, representando um percentual de 19,99%. Estas taxas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

| | Consolidado | | Controladora |
|--|-------------|-----------|--------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 |
| Resultado antes dos Impostos | 3.356.374 | 2.822.286 | 2.434.225 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal | (1.141.167) | (959.577) | (827.636) |
| Efeitos Fiscais Incidentes sobre: | | | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial e JCP recebido | (253) | - | 701.157 |
| Contribuições e Doações Indedutíveis | (8.227) | (8.596) | (1.153) |
| Incentivo Fiscal | 28.585 | 21.808 | 2.330 |
| Créditos Fiscais não Reconhecidos | (1.638) | 1.573 | (13) |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| | | | |
|--|-------------|-----------|-----------|
| Amortização de Ágio | (10.997) | (9.642) | (12.235) |
| Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior | (2.769) | 4.366 | 123 |
| Reconhecimento de créditos sobre Prejuízo Fiscal/Base Negativa | 119.850 | 288.505 | 119.850 |
| Outros | 75.692 | 97.253 | (1.198) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva | (940.924) | (564.310) | (18.775) |
| Alíquota Efetiva | 28,03% | 19,99% | 0,77% |
| Imposto Corrente | (1.111.451) | (871.930) | (143.287) |
| Imposto Diferido | 170.527 | 307.620 | 124.512 |

Deve ser ressaltado que nos exercícios de 2011 e 2010 a Companhia registrou créditos tributários que não estavam registrados nas Demonstrações Contábeis, nos valores de R\$120 milhões e R\$289 milhões, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| ATIVO | Consolidado | | | Controladora | | |
|---|-------------------|------------------------|--------------|------------------|------------------------|---------------|
| | 2012 | 2011 Reclassificado | AH % | 2012 | 2011 Reclassificado | AH % |
| CIRCULANTE | | | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 2.485.810 | 2.862.490 | (13,14) | 1.057.122 | 226.695 | 365,64 |
| Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira | 1.557.804 | 358.987 | 333,94 | 27.363 | 180.000 | (85,00) |
| Consumidores e Revendedores | 2.346.520 | 2.549.546 | (7,96) | - | - | - |
| Concessionários - Transporte de Energia | 505.456 | 427.060 | 18,27 | - | - | - |
| Ativo Financeiro da Concessão | 1.040.720 | 1.120.035 | (7,05) | - | - | - |
| Tributos Compensáveis | 360.064 | 354.126 | 1,69 | 62.100 | 72.570 | (15,07) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar | 263.392 | 220.760 | 19,00 | - | - | - |
| Revendedores – Transações com Energia Livre | 20.755 | 22.080 | (4,55) | - | - | - |
| Dividendos a Receber | - | - | - | 511.043 | 195.196 | 162,05 |
| Fundos Vinculados | 132.495 | 3.386 | 4.300,00 | 233 | 99 | - |
| Estoques | 68.092 | 54.430 | 25,93 | 12 | 15 | - |
| Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros | 31.734 | - | - | - | - | - |
| Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais | 2.422.099 | - | - | 2.422.099 | - | - |
| Outros Créditos | 755.138 | 558.749 | 35,06 | 12.522 | 8.702 | 44,44 |
| TOTAL DO CIRCULANTE | 11.990.079 | 8.531.649 | 40,53 | 4.092.494 | 683.277 | 499,12 |
| | | | - | | | - |
| NÃO CIRCULANTE | | | - | | | - |
| Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira | 161.750 | - | - | 7.627 | - | - |
| Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais | - | 1.830.075 | (100,00) | - | - | - |
| Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios | - | - | - | - | 1.010.079 | (100,00) |
| Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos | 1.451.794 | 1.235.869 | 17,48 | 357.354 | 424.449 | (15,80) |
| Tributos Compensáveis | 445.293 | 327.949 | 35,67 | 4.757 | 4.334 | 25,00 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar | 34.348 | 23.605 | 41,67 | 27.911 | 19.548 | 40,00 |
| Depósitos Vinculados a Litígios | 1.420.275 | 1.387.711 | 2,31 | 270.702 | 275.720 | (1,81) |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| | | | | | | |
|---|-------------------|-------------------|--------------|-------------------|-------------------|---------------|
| Consumidores e Revendedores | 315.288 | 158.770 | 98,11 | - | - | - |
| Concessionários - Transporte de Energia | 10.440 | 11.931 | (16,67) | - | - | - |
| Outros Créditos | 267.590 | 172.436 | 55,81 | 39.788 | 50.695 | (21,57) |
| Ativo Financeiro da Concessão | 11.166.495 | 9.086.251 | 22,89 | - | - | - |
| Investimentos | 225.599 | 176.740 | 27,68 | 12.253.148 | 11.994.523 | 2,15 |
| Imobilizado | 8.810.529 | 8.661.791 | 1,72 | 1.584 | 1.723 | - |
| Intangível | 4.473.481 | 5.404.106 | (17,23) | 981 | 657 | - |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | 28.782.882 | 28.477.234 | 1,07 | 12.963.852 | 13.781.728 | (5,94) |
| TOTAL DO ATIVO | 40.772.961 | 37.008.883 | 10,17 | 17.056.346 | 14.465.005 | 17,91 |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| PASSIVO | Consolidado | | | Controladora | | |
|--|-------------------|------------------------|--------------|------------------|------------------------|--------------|
| | 2012 | 2011 Reclassificado | | 2012 | 2011 Reclassificado | |
| Fornecedores | 1.735.462 | 1.189.848 | 45,80 | 12.338 | 12.059 | - |
| Encargos Regulatórios | 412.840 | 368.229 | 12,23 | - | - | - |
| Participações nos Lucros | 86.256 | 89.512 | (4,44) | 7.776 | 9.357 | (11,11) |
| Impostos, Taxas e Contribuições | 569.008 | 516.553 | 10,06 | 60.119 | 35.740 | 66,67 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 127.187 | 129.384 | (1,55) | - | - | - |
| Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar | 3.478.810 | 1.243.086 | 179,89 | 3.478.810 | 1.243.086 | 179,89 |
| Empréstimos e Financiamentos | 5.158.989 | 4.354.518 | 18,46 | 1.102.721 | 1.011.830 | 8,99 |
| Debêntures | 1.947.317 | 3.466.542 | (43,84) | - | - | - |
| Salários e Contribuições Sociais | 260.047 | 271.891 | (4,41) | 11.169 | 12.987 | (15,38) |
| Obrigações Pós-emprego | 88.932 | 100.591 | (11,88) | 2.520 | 3.706 | (25,00) |
| Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros | - | 23.501 | (100,00) | - | - | - |
| Dívidas com Pessoas Ligadas | - | - | - | 11.132 | 8.646 | 22,22 |
| Concessões a Pagar | 18.002 | 7.990 | 125,00 | - | - | - |
| Outras Obrigações | 424.522 | 407.701 | 4,17 | 15.147 | 15.137 | - |
| TOTAL DO CIRCULANTE | 14.307.372 | 12.169.346 | 17,57 | 4.701.732 | 2.352.548 | 99,83 |
| NÃO CIRCULANTE | | | - | | | - |
| Encargos Regulatórios | 169.632 | 262.202 | (35,11) | - | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos | 4.125.587 | 5.254.776 | (21,48) | - | 18.397 | (100,00) |
| Debêntures | 4.938.417 | 2.703.233 | 82,69 | - | - | - |
| Impostos, Taxas e | 1.003.301 | 897.087 | 11,82 | - | - | - |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| | | | | | | |
|--|------------|------------|-----------------|------------|------------|--------------|
| Contribuições | | | | | | |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 947.870 | 885.160 | | - | - | |
| Provisões | 468.186 | 549.439 | 7,12 (14,75) | 146.089 | 185.952 | - (21,51) |
| Concessões a Pagar | 191.815 | 129.696 | 47,69 | - | - | - |
| Obrigações Pós-emprego | 2.229.081 | 2.186.568 | 1,92 | 101.965 | 96.245 | 6,25 |
| Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros | 1.319 | - | | - | - | |
| Outras Obrigações | 346.319 | 226.428 | 53,10 | 62.498 | 66.915 | (7,46) |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | 14.421.527 | 13.094.589 | 10,13 | 310.552 | 367.509 | (15,49) |
| TOTAL DO PASSIVO | 28.728.899 | 25.263.935 | 13,72 | 5.012.284 | 2.720.057 | 84,26 |
| | | | - | | | - |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | - | | | - |
| Capital Social | 4.265.091 | 3.412.073 | 25,00 | 4.265.091 | 3.412.073 | 25,00 |
| Reservas de Capital | 3.953.850 | 3.953.850 | - | 3.953.850 | 3.953.850 | - |
| Reservas de Lucros | 2.856.176 | 3.292.871 | (13,27) | 2.856.176 | 3.292.871 | (13,27) |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | 968.945 | 1.086.154 | (10,77) | 968.945 | 1.086.154 | (10,77) |
| Recursos Destinados a Aumento de Capital | - | - | | - | - | |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 12.044.062 | 11.744.948 | 2,55 | 12.044.062 | 11.744.948 | 2,55 |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 40.772.961 | 37.008.883 | | 17.056.346 | 14.465.005 | |
| | | | - | | | 17,91 |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| ATIVO | Consolidado | | | Controladora | | |
|---|------------------|--------------------------|-------------|----------------|----------------|--------------|
| | 2011 | 2010 (Reclassificado) | AH % | 2011 | 2010 | AH % |
| CIRCULANTE | | | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 2.862.490 | 2.979.693 | (3,96) | 226.695 | 302.741 | (25,08) |
| Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira | 358.987 | 321.858 | 11,49 | 180.000 | 55 | - |
| Consumidores e Revendedores | 2.549.546 | 2.262.585 | 12,68 | - | - | - |
| Concessionários - Transporte de Energia | 427.060 | 400.556 | 6,48 | - | - | - |
| Ativo Financeiro da Concessão | 1.120.035 | 625.332 | 79,20 | - | - | - |
| Tributos Compensáveis | 354.126 | 374.430 | (5,35) | 72.570 | 5.233 | 1.360,00 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar | 220.760 | 489.813 | (54,90) | - | - | - |
| Revendedores – Transações com Energia Livre | 22.080 | 29.959 | (26,67) | - | - | - |
| Dividendos a Receber | - | - | - | 195.196 | 230.405 | (15,22) |
| Estoques | 54.430 | 41.080 | 31,71 | 15 | 16 | - |
| Outros Créditos | 562.135 | 560.270 | 0,36 | 8.801 | 13.889 | (35,71) |
| TOTAL DO CIRCULANTE | 8.531.649 | 8.085.576 | 5,52 | 683.277 | 552.339 | 23,73 |
| | | | - | | | - |
| NÃO CIRCULANTE | | | - | | | - |
| Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais | 1.830.075 | 1.837.088 | (0,38) | - | - | - |
| Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios | - | - | - | 1.010.079 | 946.571 | 6,65 |
| Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos | 2.036.087 | 1.800.567 | 13,05 | 424.449 | 345.472 | 22,90 |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| | | | | | | |
|--|-------------------|-------------------|--------------|-------------------|-------------------|-------------|
| Tributos Compensáveis | 327.948 | 139.883 | 134,29 | 4.334 | 426 | - |
| Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar | 23.605 | 83.438 | (71,08) | 19.548 | 80.117 | (75,00) |
| Depósitos Vinculados a Litígios | 1.387.711 | 1.027.206 | 35,15 | 275.721 | 195.517 | 40,82 |
| Consumidores e Revendedores | 158.770 | 95.707 | 65,63 | - | - | - |
| Outros Créditos | 184.367 | 138.413 | 33,33 | 50.694 | 31.737 | 59,38 |
| Ativo Financeiro da Concessão | 8.777.822 | 7.315.756 | 19,98 | - | - | - |
| Investimentos | 176.740 | - | - | 11.994.523 | 11.313.969 | 6,02 |
| Imobilizado | 8.661.791 | 8.228.513 | 5,26 | 1.723 | 2.066 | - |
| Intangível | 5.261.181 | 4.803.687 | 9,51 | 657 | 838 | - |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | 28.826.097 | 25.470.258 | 13,18 | 13.781.728 | 12.916.713 | 6,70 |
| TOTAL DO ATIVO | 37.357.746 | 33.555.834 | 11,33 | 14.465.005 | 13.469.052 | 7,39 |

| PASSIVO | Consolidado | | | Controladora | | |
|--|-------------|--------------------------|---------|--------------|-----------|--------|
| | 2011 | 2010 (Reclassificado) | AH % | 2011 | 2010 | AH % |
| CIRCULANTE | | | | | | |
| Fornecedores | 1.189.848 | 1.121.009 | 6,16 | 12.059 | 1.687 | 500,00 |
| Encargos Regulatórios | 368.229 | 384.415 | (4,17) | - | - | - |
| Participações nos Lucros | 89.512 | 116.183 | (22,41) | 9.357 | 5.129 | 80,00 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | 516.553 | 403.533 | 27,97 | 35.740 | 32.836 | 9,09 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 129.384 | 137.035 | (5,84) | - | - | - |
| Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar | 1.243.086 | 1.153.895 | 7,71 | 1.243.086 | 1.153.895 | 7,71 |
| Empréstimos e Financiamentos | 4.382.069 | 1.573.885 | 178,40 | 1.011.830 | 373.599 | 170,59 |
| Debêntures | 3.438.991 | 628.681 | 446,74 | - | - | - |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| | | | | | | |
|--|-------------------|-------------------|----------------|------------------|------------------|---------------|
| Salários e Contribuições Sociais | 271.891 | 243.258 | 11,93 | 12.987 | 12.478 | 8,33 |
| Obrigações Pós-emprego | 100.591 | 99.220 | 2,02 | 3.706 | 3.703 | - |
| Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros | 25.143 | 69.271 | (63,77) | - | - | - |
| Dívidas com Pessoas Ligadas | - | - | - | 8.646 | 6.687 | 28,57 |
| Outras Obrigações | 414.049 | 472.973 | (12,47) | 15.137 | 14.655 | - |
| TOTAL DO CIRCULANTE | 12.169.346 | 6.403.358 | 90,05 | 2.352.548 | 1.604.669 | 46,60 |
| | | | - | | | - |
| NÃO CIRCULANTE | | | - | | | - |
| Encargos Regulatórios | 262.202 | 142.481 | 84,51 | - | - | - |
| Empréstimos e Financiamentos | 5.358.450 | 6.244.475 | (14,19) | 18.397 | 36.794 | (51,35) |
| Debêntures | 2.599.559 | 4.779.449 | (45,60) | - | - | - |
| Impostos, Taxas e Contribuições | 897.087 | 692.803 | 29,44 | - | - | - |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 1.234.024 | 1.065.399 | 15,87 | - | - | - |
| Provisões e Contingências Judiciais | 549.439 | 370.907 | 47,98 | 185.952 | 187.553 | (1,06) |
| Concessões a Pagar | 129.696 | 117.802 | 10,17 | - | - | - |
| Obrigações Pós-emprego | 2.186.568 | 2.061.608 | 6,06 | 96.245 | 92.349 | 4,35 |
| Outras Obrigações | 226.427 | 201.419 | 12,44 | 66.915 | 71.554 | (6,94) |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | 13.443.452 | 15.676.343 | (14,24) | 367.509 | 388.250 | (5,15) |
| TOTAL DO PASSIVO | 25.612.798 | 22.079.701 | 16,00 | 2.720.057 | 1.992.919 | 36,48 |
| | | | - | | | - |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | - | | | - |
| Capital Social | 3.412.073 | 3.412.073 | - | 3.412.073 | 3.412.073 | - |
| Reservas de Capital | 3.953.850 | 3.953.850 | - | 3.953.850 | 3.953.850 | - |
| Reservas de Lucros | 3.292.871 | 2.873.253 | 14,62 | 3.292.871 | 2.873.253 | 14,62 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | 1.080.800 | 1.210.605 | (10,73) | 1.080.800 | 1.210.605 | (10,73) |
| Ajustes Acumulados de | 5.354 | (772) | (600,00) | 5.354 | (772) | (600,00) |

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Conversão

| | | | | | | |
|-----------------------|------------|------------|----------|------------|------------|----------|
| Recursos Destinados a | - | 27.124 | (100,00) | - | 27.124 | (100,00) |
| Aumento de Capital | | | | | | |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO | 11.744.948 | 11.476.133 | 2,34 | 11.744.948 | 11.476.133 | 2,34 |
| LÍQUIDO | | | | | | |
| TOTAL DO PASSIVO E DO | 37.357.746 | 33.555.834 | 11,33 | 14.465.005 | 13.469.052 | 7,39 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | |

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a . introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais de 2012, 2011 e 2010.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Novas aquisições

Aquisição complementar de participação na Gasmig

O Conselho de Administração autorizou, em 27 de dezembro de 2011, a aquisição de ações preferenciais nominativas, representativas de 4,38% do capital total da Gasmig, pertencentes ao Governo do Estado de Minas Gerais, pelo valor de R\$67.223 mil, correspondente a um preço por ação de aproximadamente R\$3,75, a ser ajustado ao valor de um Laudo de Avaliação Independente, que será elaborado por instituição especializada, a ser escolhida e contratada pela Cemig. Após a elaboração do laudo, foi constatado que a participação adquirida vale R\$65.081, representando um pagamento efetuado a maior de R\$2.142, a ser restituído pelo Governo do Estado de Minas Gerais, registrado em “outros créditos”. A operação foi concretizada em 09 de julho de 2012, sendo que a partir desta data a Companhia passou a deter a participação de 59,57% da Gasmig.

Os valores justos reconhecidos na aquisição são como segue:

| | |
|-------------------------------|----------|
| Ativo | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 1.796 |
| Consumidores e Revendedores | 12.446 |
| Outros Créditos | 9.157 |
| Ativo Financeiro da Concessão | 24.929 |
| Intangível | 48.348 |
| Passivo | |
| Empréstimos e Financiamentos | (9.326) |
| Outras Obrigações | (22.269) |
| Ativos líquidos adquiridos | 65.081 |
| Caixa despendido | 65.081 |

Operação de Reestruturação Societária com a Taesa

Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão

Em 17 de maio de 2012, a Cemig Geração e Transmissão celebrou um Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a sua controlada em conjunto Taesa, por meio do qual foi transferida para aquela Companhia, a totalidade das participações acionárias detidas pela Cemig Geração e Transmissão na EBTE (49%). Com a transferência a Taesa passou a deter 74,49% da EBTE (considerando participação de 49% cedida pela Cemig Geração e Transmissão e participação indireta por meio da EATE de 51%, observado que a Taesa possui 49,98% das ações da EATE após a transferência da mesma pela Companhia Energética de Minas Gerais, conforme descrito abaixo.

Neste mesmo acordo, a Cemig transferiu para a Taesa, a totalidade das ações das empresas de transmissão de energia elétrica do Grupo TBE: ETEP (49,98%); ENTE (49,99%); ERTE (49,99%); EATE (49,98%) e ECTE (19,09%).

A conclusão da referida operação de reestruturação societária, bem como a efetiva transferência dos ativos acima indicados ainda está sujeita à implementação de determinadas condições suspensivas para produzir plenos efeitos, destacando-se a anuência dos credores da Companhia, e a aprovação da operação pela ANEEL. Além disso, a referida aquisição deverá ser aprovada pelo CADE.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, a Taesa não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias, salvo se previamente autorizada pela Cemig. Durante o período acima mencionado, a Taesa poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE (formado pelas empresas EATE, ETEP, ENTE, EBTE E ERTE), desde que transfira à Cemig a diferença positiva obtida na referida alienação, cessão ou transferência, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência ao valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Taesa, devidamente atualizado pela variação da taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil até o dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

Instrumento particular de assunção de obrigações – alteração acordos de acionistas

Em 29 de junho de 2012, a controlada em conjunto indireta Taesa, juntamente com a Alupar Investimento S.A. (controladora em conjunto com a Cemig e com a Cemig Geração e Transmissão das empresas do Grupo TBE), assinou instrumento particular de assunção de obrigações (“Instrumento”). O Instrumento determina que em 02 de janeiro de 2013 (ou na data da transferência das participações nas empresas do Grupo TBE para a Taesa, o que ocorrer por último), entrem em vigor as versões aditadas dos Acordos de Acionistas das empresas do Grupo TBE e que as alterações dos respectivos estatutos sejam votadas pela Alupar Investimento S.A. e pela Taesa. Com base no exposto, a Taesa entende que deixará de deter o controle compartilhado das empresas do Grupo TBE quando os referidos acordos de acionistas aditados entrarem em vigor, passando deter influência significativa nestas empresas.

Aquisição das empresa TBE - aprovações até o momento

Em 25 de julho de 2012, foi protocolado junto à ANEEL o pedido de anuência prévia para a transferência de percentual acionário das concessões, objeto de reestruturação societária. Em 04 de outubro de 2012, a Companhia atualizou a documentação encaminhada à ANEEL, de forma a prosseguir com o processo em evidência. Atualmente o processo encontra-se em análise da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF/ANEEL.

Aquisição de 50% remanescentes das ações da Unisa pela Taesa

Em 30 de novembro de 2011, a Taesa adquiriu da Abengoa, pelo montante de R\$799.738, 50% das ações do capital votante da UNISA (anteriormente Abengoa Participações S.A.), empresa cujo objeto social é a participação no capital social de sociedades prestadoras de serviço público e privado de transmissão de energia elétrica, que, naquela data, detinha 100% das ações das empresas de transmissão STE, ATE, ATE II e ATE III.

Em 16 de março de 2012, a TAESA celebrou com a Abengoa um contrato para aquisição dos 50% remanescentes do capital da Unisa. A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações estavam, à época, sujeitas à ocorrência de determinadas condições suspensivas. Em 03 de julho de 2012, a Companhia concluiu a aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas pela Abengoa no capital social da UNISA. Essa operação foi aprovada pelo CADE em 04 de julho de 2012.

Com base no exposto acima, a UNISA entre 30 de novembro de 2011 e 03 de julho de 2012 era controlada em conjunto pela TAESA e pela Abengoa e, a partir de 03 de julho de 2012 (data da aquisição), passou a ser uma subsidiária integral da TAESA. O valor total da contraprestação transferida pela aquisição da referida participação foi de R\$876.193, que é composto pelo valor pago em caixa de R\$902.390, líquido da constituição dos dividendos a receber no valor de R\$27.717 e de contas a pagar no valor de R\$1.520, na data de conclusão da operação, conforme os termos do contrato firmado entre as partes.

Os ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data da aquisição do controle da UNISA pela TAESA (3 de julho de 2012) foram reconhecidos através do método de aquisição aplicáveis no caso de combinação de negócios em estágios e estão demonstrados a seguir:

Em 03 de julho de 2012

Valores justos reconhecidos na

Participação

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

| | aquisição da UNISA | Equivalente GT |
|--|--------------------|----------------|
| Ativos | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 434.638 | 188.458 |
| Clientes | 51.885 | 22.497 |
| Ativo financeiro | 2.448.428 | 1.061.635 |
| Outros ativos | 177.424 | 76.932 |
| Passivos | | |
| Contas a pagar a fornecedores e outras | (95.170) | (41.266) |
| Empréstimos e financiamentos | (1.008.224) | (437.165) |
| Impostos diferidos passivos | (256.595) | (111.259) |
| Total dos ativos identificáveis, líquidos | 1.752.386 | 759.832 |
| Participação (%) | 100% | 43,36% |
| Efeito da participação | 1.752.386 | 759.832 |
| Investimento detido anteriormente | (831.024) | (360.331) |
| Ganho na remensuração na aquisição do controle da UNISA (a) | (45.169) | (19.585) |
| Contraprestação transferida pela aquisição de 50% da UNISA em 03/07/2012 | 876.193 | 379.916 |
| Valor efetivamente pago em caixa | 902.390 | 391.275 |
| Constituição de dividendos a receber | (27.717) | (12.018) |
| Constituição de contas a pagar | 1.520 | 659 |
| Contraprestação transferida pela aquisição de 50% da UNISA em 03/07/2012 | 876.193 | 379.916 |

Conforme requerido pelo CPC 15(R1) e IFRS 3(R), em uma combinação de negócios realizada em estágios, o adquirente deve remensurar sua participação detida anteriormente pelo valor justo na data da obtenção do controle (data da aquisição) e deve reconhecer no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver.

As contraprestações da TAESA para as combinações de negócios, aquisição dos 50% iniciais e 50% remanescente, da UNISA foram pagas em caixa com recursos das 4ª e 5ª emissões de notas promissórias da Companhia respectivamente.

Nova emissão de ações pela Taesa

No dia 19 de julho de 2012, a Controlada indireta em Conjunto Taesa emitiu 24 milhões de Units no âmbito da oferta pública de ações, ao preço de R\$65 por Unit. Os units referentes a esta operação são compostos por uma ação ordinária e duas preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. No dia 20 de agosto de 2012, o lote suplementar da oferta pública de ações, de 3 milhões de Units, foi integralmente exercido, totalizando 27 milhões de Units no âmbito da oferta pública de ações.

O aumento do capital social na Taesa, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$1.755 milhões, foi efetuado mediante a emissão de 81 milhões de novas ações, sendo 27 milhões de ações ordinárias e 54 milhões de ações preferenciais. Após o aumento de capital, a Taesa passou a ter capital social de R\$3.067.535 que, deduzido o custo de emissão no valor de R\$38.883, totalizou R\$3.028.652, dividido em e 344.498.907 ações, sendo 230.517.711 ações ordinárias e 113.981.196 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Com esta emissão de ações a Cemig Geração e Transmissão reduz o seu percentual de participação na Taesa, passando de 56,69% para 43,36% do capital, composta de 97.690.743 ações ordinárias e 51.683.548 ações preferenciais, conforme segue:

| ACIONISTAS | AÇÕES ORDINÁRIAS | | AÇÕES PREFERENCIAIS | | TOTAL | |
|--------------------------------|------------------|---------|---------------------|---------|-------------|---------|
| | QUANTIDADE | % | QUANTIDADE | % | QUANTIDADE | % |
| Total de ações da Taesa | 230.517.711 | 100,00% | 113.981.196 | 100,00% | 344.498.907 | 100,00% |
| Cemig Geração e Transmissão SA | 97.690.743 | 42,38% | 51.683.548 | 45,34% | 149.374.291 | 43,36% |

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte:

| ACIONISTAS | AÇÕES ORDINÁRIAS | | AÇÕES PREFERENCIAIS | | TOTAL | |
|--------------------------------|------------------|---------|---------------------|---------|-------------|---------|
| | QUANTIDADE | % | QUANTIDADE | % | QUANTIDADE | % |
| Total de ações da Taesa | 203.517.711 | 100,00% | 59.981.196 | 100,00% | 263.498.907 | 100,00% |
| Cemig Geração e Transmissão SA | 97.690.743 | 48,00% | 51.683.548 | 86,17% | 149.374.291 | 56,69% |

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Efeitos no resultado decorrentes da Oferta Pública de Ações da Taesa

Conforme mencionado anteriormente, a Taesa fez uma emissão de ações pelo valor de R\$65 por Unit, sendo que esse valor era superior ao valor patrimonial das ações da Taesa antes da emissão, mesmo com a inclusão no cálculo da mais valia da concessão apurada no processo de aquisição de participação acionária na Taesa pela Cemig Geração e Transmissão. Em função dessa diferença entre o valor patrimonial e o valor da emissão, foi apurado um ganho no montante de R\$259.325, reconhecido no resultado da Cemig GT. Os efeitos no fluxo de caixa consolidado da Companhia são como segue.

| | |
|-------------------------------|-----------|
| Ativo | |
| Consumidores e Revendedores | (22.629) |
| Outros Créditos | (122.847) |
| Ativo Financeiro da Concessão | (839.413) |
| Intangível | (200.577) |
| Passivo | |
| Empréstimos e Financiamentos | 455.275 |
| Outras Obrigações | 332.089 |
| Ganho na diluição | (259.330) |
| Efeitos nos fluxos de caixa | (657.432) |

Madeira Energia S.A.

A Madeira Energia S.A. - MESA é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, e tem por objetivo a construção e exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio localizada em trecho do Rio Madeira e do seu Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público nº 001/2008-MME. A MESA incorre em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, necessitando, portanto, de suporte financeiro de seus controladores em conjunto. O Aporte de R\$288.145 decorre de integralizações realizadas no exercício de 2012, devidamente aprovadas em Atas específicas, em consonância com o plano de investimentos aprovado na Comunicação de Resolução do Conselho de Administração - CRCA 089/07.

Aquisição de participação na Guanhães Energia S.A. (controle em conjunto)

Em 28 de agosto de 2012, a controlada em conjunto da Light Energia S.A. finalizou a operação de aquisição de participação na Guanhães Energia, onde adquiriu 51% das ações ordinárias, que pertenciam a Investminas Participações S.A. A Guanhães Energia foi criada com a finalidade de implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Dores de Guanhães, Senhora do Porto, Jacaré e Fortuna II, todas situadas no estado de Minas Gerais e que totalizam 44,80 MW de Potência Instalada. A entrada em operação comercial da primeira PCH está prevista para ocorrer em outubro de 2013 e da última em fevereiro de 2014. A Guanhães Energia S.A. é controlada em conjunto pela controlada Light Energia S.A. (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT (49%).

O valor dos ativos líquidos adquiridos era de R\$26.586. A diferença entre o valor pago de R\$26.586 e o valor contábil de R\$10.357 dos ativos em construção foi alocada à concessão, ativo intangível identificável com vida útil definida alocado no intangível no balanço consolidado. Esse ativo será amortizado pelos prazos das concessões a partir da entrada em operação de cada uma delas.

Os valores justos reconhecidos na aquisição são como segue:

| | |
|-------------------------------|--------|
| Ativo | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 14.682 |
| Outros Créditos | 3.718 |
| Imobilizado | 3.485 |
| Intangível | 7.989 |

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

| | |
|----------------------------|--------|
| Passivo | |
| Outras Obrigações | (3.01) |
| Ativos Líquidos adquiridos | 26.856 |
| Caixa despendido | 26.856 |

Diluição de participação na Renova Energia S.A, controlada da Light.

Em 13 de julho de 2012, a Renova Energia S.A. e a BNDES Participações S.A. (“BNDESPAR”), subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), celebraram um acordo por meio do qual a BNDESPAR ingressaria no capital social da Renova Energia.

Em 26 de setembro de 2012, foi finalizada a operação onde foram subscritas e integralizadas 23.059.239 ações ordinárias e 4.875.036 ações preferenciais pela BNDESPAR, decorrentes da cessão gratuita do direito de preferência por RR Participações S.A., Light Energia S.A. e InfraBrasil Fundo de Investimento em Participações à BNDESPAR no âmbito do Aumento de Capital, ao preço de emissão de R\$9,3334 por ação, totalizando R\$314.702.

Após a entrada da BNDESPAR no capital social da Renova Energia S.A., o percentual de participação da controlada Light Energia S.A. na Renova Energia S.A. passou de 25,9% para 22,0%. Essa operação gerou um ganho de equivalência patrimonial de R\$13.987.

Os efeitos nos fluxos de caixa são como segue.

| | |
|------------------------------|----------|
| Ativo | |
| Outros Créditos | (771) |
| Imobilizado | (19.507) |
| Intangível | (8.963) |
| Passivo | |
| Empréstimos e Financiamentos | 11.409 |
| Outras Obrigações | 2.246 |
| Ganho na diluição | (5.163) |
| Efeitos nos fluxos de caixa | (20.749) |

Opções de venda

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Coliseu, que é acionista da Taesa, uma opção de venda da totalidade das ações que este Fundo detém na Taesa, exercível em 30 de outubro de 2014. O preço da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Taesa, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Taesa. Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo IPCA-IBGE acrescido de remuneração financeira de 7,0% ao ano.

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati. Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

Os Fundos de Participação possuem ações ordinárias e preferencias emitidas pela Taesa e Light, e atualmente exercem o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessas companhias. Desta maneira, estas opções foram consideradas instrumentos derivativos que devem estar contabilizados pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração dos valores justos de referidas opções, a Companhia observou o volume das ações da Light e da Taesa negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

tais opções, se exercidas pelos Fundos, requererão a venda para a Companhia, de uma única só vez, das ações das referidas empresas em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração dos valores justos das opções. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto das opções de venda, também estimado na data do exercício das opções, trazidos a valor presente na data das demonstrações contábeis.

Com base nos estudos realizados, a Cemig não registrou obrigações em suas demonstrações financeiras decorrentes dessas opções, tendo em vista que a estimativa do valor justo das opções aproxima-se de zero.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, quaisquer eventos ou operações não usuais à Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. mudanças significativas nas práticas contábeis:**

Em relação aos últimos três exercícios sociais, não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável, tendo em vista o disposto no item (a) acima.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Nenhuma ressalva e ênfase constaram no parecer dos auditores independentes de 2012.

Nenhuma ressalva constou no parecer dos auditores independentes de 2011. Apenas as ênfases abaixo:

“Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

“A controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada incorreram em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas das operações. A Madeira tem apurado prejuízos nos últimos exercícios em função de estar em período pré-operacional e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$1.353 milhões (R\$1.279 milhões no Consolidado), com efeito proporcional na Cemig Geração e Transmissão de R\$127 milhões, em 31 de dezembro de 2011, decorrente principalmente do vencimento de parte do saldo das debêntures em 30 de setembro de 2012. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Madeira conta com os aportes de recursos dos seus acionistas, estimados em R\$2.881 milhões para o exercício de 2012, para fazer face as suas obrigações de curto prazo. Também vem apresentando gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da usina, os quais, de acordo com as projeções financeiras, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. O montante constituído de ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2011, com os referidos gastos de R\$11.510 milhões (R\$1.151 milhões proporcional à Cemig Geração e Transmissão) terá sua realização iniciada no primeiro trimestre de 2012, quando do início das operações, de acordo com as expectativas da Administração”.

Nenhuma ressalva constou no parecer dos auditores independentes de 2010. Apenas as ênfases abaixo:

“Conforme descrito na nota explicativa 2.9, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo”.

“A controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada incorreram em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de dezembro de 2010 totalizavam R\$7.077,9 milhões, de acordo com as expectativas da administração, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para dezembro de 2011. O montante proporcional à Companhia é de R\$707,8 milhões no ativo imobilizado”.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A preparação das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Nota 8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
Nota 10 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido;
Nota 13 – Ativos Financeiros da Concessão;
Nota 16 – Intangíveis;
Nota 15 – Depreciação;
Nota 16 – Amortização;
Nota 21 – Obrigações Pós-Emprego;
Nota 22 – Provisões;
Nota 24 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica; e
Nota 29 – Mensuração pelo Valor Justo e Instrumentos Financeiros Derivativos.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Diretoria Executiva, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Os controles internos para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis incluem procedimentos que foram implementados para prover, com razoável certeza: (i) a confiabilidade dos registros das informações contábeis e financeiras; (ii) a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) o processamento de pagamentos e recebimentos de acordo com autorizações da administração; e (iv) a detecção tempestiva de aquisições inapropriadas e da alienação ou destinação de ativos materiais. Enfatizamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade que tais controles não previnam ou detectem todas as deficiências. Adicionalmente, projeções relativas à avaliação de efetividade dos controles internos estão sujeitas ao risco de que os controles deixem de funcionar devido a mudanças nas condições em que operam ou deixem de estar em conformidade com políticas e procedimentos estabelecidos.

A administração avaliou a efetividade dos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis em 31 de dezembro de 2012, com base nos critérios estabelecidos no documento Integrated Internal Control Framework, emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2012, o sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis é efetivo.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram reportadas deficiências de controles internos que possam comprometer a confiabilidade das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**Notas Promissórias**

A Companhia realizou, em 23 de dezembro de 2010, a sua 3ª emissão de notas promissórias comerciais para colocação e distribuição pública no mercado de capitais local, no valor total R\$350 milhões a juros remuneratórios de 105,5% da Taxa DI, com vencimento em 360 dias a partir da data da respectiva subscrição e integralização, podendo a Companhia resgatar antecipadamente as notas promissórias, nos termos da legislação aplicável.

Os recursos obtidos pela Companhia foram destinados à recomposição de caixa em função de investimentos realizados pela Companhia, não havendo desvio entre a aplicação efetiva dos recursos e a proposta de aplicação divulgada nos documentos da oferta. O saldo devedor foi integralmente quitado em 04 de agosto de 2011 com recursos de caixa.

A Companhia realizou, em 28 de dezembro de 2011, a sua 4ª emissão de notas promissórias comerciais para colocação e distribuição pública no mercado de capitais local, no valor total R\$1.000 milhões a juros remuneratórios de 106% da Taxa DI, com vencimento em 360 dias a partir da data da respectiva subscrição e integralização, podendo a Companhia resgatar antecipadamente as notas promissórias, nos termos da legislação aplicável.

Os recursos obtidos pela Companhia foram destinados à aquisição de ativos e à recomposição de caixa em função de investimentos realizados pela Companhia, não havendo desvio entre a aplicação efetiva dos recursos e a proposta de aplicação divulgada nos documentos da oferta. O saldo devedor foi integralmente quitado em 22 de dezembro de 2012, data de vencimento da emissão.

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos obtidos pela Companhia foram utilizados conforme descrito acima.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distributiva

Não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos documentos das ofertas mencionadas acima.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve desvios.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A CEMIG e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 em diante | Total |
|---|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------------|-------------|
| Empréstimos e Financiamentos | 5.912.346 | 2.415.726 | 1.703.318 | 1.154.719 | 1.655.603 | 3.328.598 | 16.170.310 |
| Compra de Energia Elétrica de Itaipu | 970.559 | 987.811 | 984.382 | 947.985 | 962.996 | 32.526.764 | 37.380.497 |
| Transporte de Energia Elétrica de Itaipu | 27.248 | 24.561 | 25.927 | 25.988 | 28.785 | 1.464.731 | 1.597.240 |
| Compra de Energia - Leilão Cotas Medida Provisória 579/2012 | 2.248.795 | 2.102.150 | 2.210.399 | 2.325.517 | 2.422.252 | 63.180.091 | 74.489.204 |
| Outros contratos de Compra de Energia | 334.163 | 214.985 | 785.129 | 736.021 | 684.104 | 36.185.497 | 38.939.899 |
| Dívida com Plano de Pensão - Forluz | 1.931.805 | 1.976.670 | 1.666.778 | 1.572.917 | 2.030.629 | 41.265.737 | 50.444.536 |
| Total | 51.227 | 54.301 | 57.559 | 61.012 | 64.673 | 526.098 | 814.870 |
| | 11.476.143 | 7.776.204 | 7.433.492 | 6.824.159 | 7.849.042 | 178.477.516 | 219.836.556 |

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Despesas futuras com compra de energia.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor; (b) natureza e o propósito da operação; e (c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.8, cuja natureza e montante ainda não registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia.

No caso das despesas futuras com compra de energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro em função dessas operações.